

## Autogestão e economia solidária

Cláudio Nascimento<sup>1</sup>

*“Formas de vida alternativa, iniciativas de desempregados e ‘subsistência dissidente’ estão em alta em toda a Europa. Nelas somam-se experiências das quais a teoria pode lançar mão. Basta vincular tais esforços à análise da crise, ao debate sobre a redução da jornada de trabalho e à crítica básica da produção mercantil, para assim chegar a um novo programa integrado de crítica social radical”.*

R. Kurz, “Existe vida após a economia de mercado?” Revista *Praga*, nº 4

A recente experiência de “formação profissional” (ou qualificação profissional) iniciada em 1996 e desenvolvida no projeto “INTEGRAR” da CNM-CUT em 19 cidades do estado de São Paulo, mais o debate em torno da redução da jornada de trabalho, nos permitiram retomar o debate sobre o tema da autogestão.

Por um lado, os trabalhadores metalúrgicos desempregados que participam do projeto iniciaram uma discussão em torno da geração de emprego e renda, com o objetivo de buscar possibilidades de fundar alternativas concretas de trabalho geridas por eles mesmos no campo do trabalho associado e do cooperativismo. Este debate está sendo feito em nome da “economia solidária”, sendo que alguns também acrescentam os adjetivos autogestiva e/ ou popular. A extensão do programa a outros estados, com base na contratação da formação profissional nas empresas, repõe a discussão sobre as comissões de fábrica e o controle do processo de trabalho. Por outro lado, as ações desenvolvidas a nível local, em alianças com as instituições da sociedade civil (movimentos sociais) e da sociedade política (administração local), tendo como eixo o campo da cidadania ativa e políticas públicas, repõem em debate o tema da autogestão urbana, da gestão do espaço social. Assim, a temática do “território” e das “cidades” tem sido um ponto forte, sobretudo, no trabalho de formação.

Acrescenta-se a estes aspectos, a discussão sobre a redução da jornada de trabalho, que nos possibilita o questionamento do “tempo livre”. Este ensaio busca resgatar, de forma sucinta, a trajetória da autogestão no Brasil e assinalar uma bibliografia temática (em alguns casos comentada). Tem como principal objetivo pôr a discussão em curso em um quadro de referências mais amplo em relação à cultura da autogestão, no que diz respeito à produção (economia, trabalho) e à reprodução social (poder local, cidades).

Esta trajetória da autogestão é marcada por desvios e ziguezagues. Em um balanço global, podemos dizer que é uma trajetória frágil, do ponto de vista de experiências concretas, sobretudo no campo dos trabalhadores. Talvez, tenha estado mais ativa no campo das idéias e no debate sobre alternativas socialistas presentes nas várias correntes socialistas. Sobretudo, foi marca de pequenos grupos e/ ou coletivos, à margem dos tradicionais partidos de esquerda (PCB, PC do B, PTB, PSB).

A idéia da autogestão esteve presente nos programas do movimento anarquista libertário do início do século. O movimento trotskista defendia a autogestão, sobretudo em torno dos conselhos operários. A época que vai de 1900 até 1935-1937 foi marcada pela práxis plural e radical de esquerda. Em termos de América Latina, foi o período de construção da obra magnífica do marxista peruano José Carlos Mariátegui.

---

<sup>1</sup> Cláudio Nascimento é professor da Escola Sindical sul da CUT e tem pesquisado e escrito sobre a autogestão por muitos anos. Escreveu, entre outros, *A questão do socialismo: da comuna de Paris à comuna de Gdansk* (CEDAC, 1986), *Rosa Luxemburgo e Solidarnosc* (Editora Loyola, 1988) e, com Michael Löewy, *Marxismo e socialismo na América Latina* (CECA-CEDAC, 1989).

Contudo, a partir de 1922, com a fundação do PCB (na época PC do B), e com o declínio do movimento libertário, a hegemonia nas esquerdas começaria a pender para as mãos do “partidão”, avesso às idéias da autogestão, da democracia de base e do pluralismo. A esquerda plural e libertária ainda teve um papel importante até o Estado Novo. Após 1935 e 1937, ocorre um corte no movimento social, que passa a ser verticalizado, dirigido “por cima”. Apesar da dissidência trotskista, esta hegemonia somente foi quebrada nos anos 60 (fundação da AP, 1961, da POLOP, 1961 e do PC do B, 1962); entretanto, a conjuntura não era favorável à autogestão, centrando-se em torno da questão da luta armada sob influência de Cuba, China, Vietnã.

A fundação do PT recuperou aquela tradição socialista plural e de base. A “sensibilidade daquela época” estava presente em alguns fundadores simbólicos do PT: Mário Pedrosa, Apolônio de Carvalho e Manuel da Conceição (este em referência às lutas populares do final dos anos 60 e da década de 70).

Na segunda metade dos anos 40, no clima de renovação do pós-guerra, alguns socialistas oriundos do PCB e do trotskismo, colocaram em pauta o debate da alternativa autogestionária. O principal exemplo é o do grupo reunido em torno do jornal *Vanguarda Socialista* dirigido por Mário Pedrosa, egresso do trotskismo, influenciado por Rosa Luxemburgo e pela dissidência da IV Internacional formada nos EUA por CLR James e Raya Dunaevskaia, defensores dos conselhos operários e das idéias de Rosa Luxemburgo. Mário Pedrosa recém chegava de um longo exílio nos EUA. Do mesmo tronco, a tendência Jonhson-Forest (nomes de James e Raya) sairia o grupo francês *Socialismo ou Barbárie*, sob hegemonia de Castoriadis e Claude Lefort.

Muitos intelectuais socialistas foram influenciados por *Vanguarda Socialista*, entres eles: Antônio Cândido, Paulo Emílio, Paul Singer, Sérgio Buarque de Holanda, Edmund Moniz, Fulvio Abramo, Febus Gikovate, Azis Simão. No mínimo, estes socialistas desenvolveram uma “sensibilidade” às questões da autogestão. O que, sem dúvida, levou vários deles a ingressar na fundação do PT, no início dos anos 80.

Antônio Cândido tinha participado de um pequeno grupo de resistência à ditadura do Estado Novo, chamado de GRAP (Grupo Radical de Ação Popular), do qual também faziam parte o austro-marxista (corrente socialista marcada pela idéia dos conselhos operários, sobretudo Max Adler e Otto Bauer) exilado entre nós, Eric Czaskes e Paulo Emílio. Sintomaticamente, o jornal do GRAP chamava-se “Política Operária”. Cândido e Paulo Emílio estavam à frente do grupo de *Clima*. Paulo Emílio também estava na esquerda democrática dos anos 40 que reuniu parte dos intelectuais influenciados por *Vanguarda Socialista*. Antônio Cândido e Paulo Emílio também fundaram o grupo União Democrática Socialista.

Paulo Emílio trazia uma grande experiência do exílio francês da época do Estado Novo, quando teve contato com expoentes socialistas, como Victor Serge, Andréa Cafi, Arthur Rosenberg, Boris Souvarine, Marceau Pivert (PSOP), Claude Lefort. Segundo depoimento de Antônio Cândido, Paulo Emílio trazia idéias renovadoras do socialismo em sua volta ao Brasil. Muitos daqueles intelectuais de esquerda, na segunda metade dos anos 40, através da revista *Masses*, definiam uma orientação que correspondia às idéias que Paulo Emílio trouxe para o Brasil: “Tarefas: defesa da liberdade e da dignidade humana; renovação do pensamento e da ação socialista; busca dos métodos de gestão coletiva”.

Voltando aos anos 60, a quebra de hegemonia do PCB no início da década e sua fragmentação após o golpe militar de 64 não criou um clima propício ao debate da perspectiva autogestionária no campo das esquerdas da época. Das organizações

revolucionárias podemos apontar a POLOP cujas idéias tinham um forte acento luxemburgista, em parte pela presença do austríaco Eric Czaskes, de Éder Sader, Michael Löewy, entre outros. No campo trotskista, em alguns grupos permanecia a idéia do controle operário. Esta idéia permanece até hoje na corrente Democracia Socialista, que teve em Ernst Mandel um teórico da autogestão.

Antônio Cândido analisa o período 1960-1964, como de quebra da hegemonia dominante, pela primeira vez no país. Então, diversos movimentos políticos e culturais traçavam uma hegemonia cultural alternativa: Cinema Novo, Movimento de Cultura Popular, UNE, etc. O processo foi além de 64, esgotando-se em 1968.

Os movimentos de 68 na Europa e EUA nos encontraram numa acirrada discussão sobre os caminhos da revolução. As greves de Contagem e Osasco (1968) com base nas comissões de fábrica, foram selvagememente reprimidas. Instalava-se o terror da censura, tortura, prisões, exílios.

### *A Proposta de cidadania participativa do PSB*

A partir do trabalho *Semeando democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil* (tese de Miracy B. S. Gustin e Margarida L. M. Vieira) podemos assinalar alguns elementos da proposta política do PSB referentes ao nosso tema.

As autoras caracterizam o PSB como uma “união de “agremiações de pensamento” (GRAP, UDS, grupo socialista cristão, grupo socialista liberal, etc.) com um “grupo de antigos combatentes”, mais radicais, ligados originalmente à Revolução de 30 (grupo “tenentista”), de “agremiações clandestinas” (grupos trotskistas) e, ainda, com um grupo de atuação sistemática em associações profissionais (grupo da UTG — União dos Trabalhadores Gráficos — por exemplo).

O grupo dirigido por Mário Pedrosa (“Vanguarda Socialista”) teve influência determinante na “dimensão sindical do projeto de cidadania do PSB”, que alia o objetivo da unidade com a liberdade de escolha da forma de organização pelos trabalhadores. Parte de um projeto de cidadania que inclui o *autogoverno dos trabalhadores*.

A proposta do PSB previa o controle social dos espaços nacionalizados ou estatizados, por representantes dos trabalhadores e pelo parlamento. Numa visão não-estatista do nacionalismo, a preocupação central era socializar, o objetivo final era o controle social dos meios de produção e a democratização do Estado, veios de um projeto nacional alternativo, condição para uma cidadania coletiva. As autoras da tese citam dois projetos de Azis Simão, militante do PSB paulista: tratam eles do controle operário das indústrias nacionalizadas e do controle parlamentar das empresas do Estado (ambos publicados em *Folha Socialista*, números 44 e 45, 1950).

### *A oposição sindical no exílio (anos 70)*

Nos anos de chumbo, militantes operários que participavam de um amplo movimento de oposição sindical, organizado em comissões de fábrica, atuando em alguns estados do país, tiveram que partir para o exílio (onde já se encontravam muitos outros militantes das organizações armadas) fugindo da repressão que atingiu esta experiência operária em 1974. Só em São Paulo, ocorreu a prisão de dezenas de metalúrgicos decapitando o movimento.

No exílio, a partir do apoio político e material da CFDT (Confederação Francesa

Democrática do Trabalho, inspirada nas lutas de autogestão do maio-68), em Paris, fundaram o que se chamou de GAOS (Grupo de Apoio à Oposição Sindical), realizando um grande trabalho de articulação com o movimento operário e sindical de vários países. Em março-abril de 1978, realizou-se em Bruxelas um Encontro Internacional da Oposição Sindical (com a presença de 4 militantes que vieram do Brasil) com a participação de centrais sindicais da Europa, EUA e África. O tema central foram as recentes greves de massa ocorridas no Brasil.

Em 6 e 7 de Outubro de 1979, houve um encontro dos grupos de apoio à oposição sindical, realizado em Paris. Muitos que estiveram no encontro de Bruxelas já tinham voltado para o Brasil. Neste encontro, participaram muitos outros exilados que não estavam ligados ao GAOS. A pauta estava marcada pelo debate em torno da “democracia operária”, da “autonomia”, e mesmo da então articulação pró-PT.

Se no Brasil reinava a ditadura militar, obrigando o movimento operário e social a um trabalho de resistência, em outras paragens do mundo, a década de 70 foi pródiga em “lutas de autogestão”. Por exemplo, a Revolução dos Cravos (Portugal, 1974); o famoso “outono quente” do movimento operário-sindical italiano, entre 1976-77; a experiência de luta das comissões operárias na Espanha; a experiência dos cordões industriais no Chile de Allende (1970-73); a assembléia popular na Bolívia de Torres, as iniciativas de área de propriedade social no Peru de Alvarado. No final da década, a Revolução Sandinista com intensa participação popular. Enfim, em agosto de 1980, o movimento social polonês Solidarnosc, que defendeu em seu congresso nacional a República Autogestionária, refletindo um amplo movimento social que tinha em suas mãos a gestão de 3000 grandes fábricas do país.

Todos estes movimentos nos trouxeram uma ampla literatura sobre autogestão e autonomia. Entretanto, já na segunda metade da década, diversos movimentos sociais brasileiros traziam a marca da democracia de base, da autonomia e mesmo da pedagogia da autogestão. No final, surge o movimento das greves de massa com amplo apoio dos diversos movimentos populares.

É neste caldo de cultura que floresceram diversas iniciativas em torno da autogestão, autonomia e controle operário. Movimentos como o da oposição sindical metalúrgica de São Paulo (MOSP), Centros de Educação Popular como CEDAC (RJ), grupos como o da *Desvios*, tendo a frente Éder Sader e Marilena Chauí, grupos sobre autonomia (como o de Goiás, em torno de Augusto Franco), diversos grupos anarquistas libertários; a FNT (Frente Nacional dos Trabalhadores) avançando a autogestão em relação às definições da CLAT. Tudo isto permitiu uma produção enorme de revistas, textos, livros e traduções. Não poderíamos deixar de assinalar a presença do Gramsci dos conselhos operários como uma característica dos debates da época.

Voltamos a tecla de que a fundação do PT incorporou elementos socialistas dispersos entre as esquerdas desde o início do século. Fazendo uso abusivo do conceito de “formação” de Antônio Cândido, podemos dizer que a “formação do socialismo brasileiro” antes do PT estava marcada por “manifestações avulsas”. Com o PT, passa a existir uma linha evolutiva mais ou menos contínua, constituindo um corpo sistêmico de idéias, além de um público formado por uma base operária ampla. É nesta perspectiva que podemos entender a presença na fundação do PT, de gerações tão diversas simbolizadas nas figuras de Apolônio de Carvalho, Mário Pedrosa, Antônio Cândido, Sérgio Buarque de Holanda, Manuel da Conceição. Como na imagem candiniana do corredor que passa a tocha aos que seguem adiante. Uma espécie de “causalidade interna” aglomerando diversas gerações

socialistas do país.

O depoimento de Antônio Cândido sobre Sérgio Buarque de Holanda parece confirmar esta leitura: “Afinal, em 1980 se integrou no processo de constituição do Partido dos Trabalhadores e foi seu membro fundador. No encontro nacional preparatório, lá estava ele apoiado à bengala recebendo com Mário Pedrosa, Apolônio de Carvalho e Manuel da Conceição uma apoteose de aplausos, devido aos que exprimem, cada um a seu modo, a coerência, a continuidade e a diversidade dos esforços necessários para aquele tipo de luta que começava.” Simbolicamente, era como se houvesse uma ligação profunda entre a aclamação de agora e aquele texto de 1936 (*Raízes do Brasil*), segundo o qual “só a transferência de poder às camadas espoliadas e oprimidas poderia quebrar o velho Brasil da iniquidade oligárquica”.

Na mesma perspectiva escrevia Mário Pedrosa que “o PT não é um partido como os outros, pois é no fundo um produto intrínseco da história do Brasil contemporâneo. Não é por outra razão que sua missão é mais do que política, é civilizatória”. Neste sentido, da formação do socialismo brasileiro, “o PT não é uma invenção de ninguém, nem mesmo de Lula e seus amigos, é, porém, um produto lento da história do Brasil”. O documento saído do 7º Encontro Nacional, “O socialismo petista” (1990), expressa essa riqueza do socialismo brasileiro e é uma marca fundamental na história do socialismo.

#### *Experiências Comunitárias de Produção (anos 80)*

O grande movimento de massas do final da década de 70 levou à fundação da CUT (1983). No início da década de 80, o Brasil é atravessado por uma profunda recessão econômica. Com ela, o desemprego massivo. Os trabalhadores desempregados buscam construir alternativas de trabalho. Em conjunto com Centros de Educação Popular, os trabalhadores e vários movimentos sociais fundam empresas autogeridas. Havia a necessidade de “experimentar” novas alternativas políticas e culturais, mas sobretudo, formas de continuar a luta das oposições sindicais, (militantes tinham que superar o problema do chamado “desemprego sindical”, nascido das “listas negras” das empresas). Nestas empresas podiam “esquentar a carteira”. Contudo, este aspecto não foi o principal na experiência.

Surgiram várias iniciativas em diverso setores. Podemos aplicar-lhes a denominação que um militante autogestionário francês chamou de “autogestão gota a gota” (Daniel Mothé).

O relatório de um Encontro Nacional das “Experiências Comunitárias de Produção” nos permite ressaltar alguns aspectos. “O ressurgimento do movimento popular no Brasil a partir dos meados da década de 70, trouxe no seu bojo uma nova modalidade de organização dos trabalhadores, congregando-os em atividades produtivas, em unidades de produção geridas pelos mesmos”. (Documento da FASE, 1984).

Consta na pauta deste encontro, realizado em 7 dezembro 1978, em Nova Iguaçu (RJ):

- 1) O funcionamento das oficinas;
- 2) A Autogestão e o desemprego;
- 3) Avaliação das experiências.

Estas experiências portavam as seguintes características:

- Um primeiro grupo inclui cinco experiências nascidas do quadro do “desemprego sindical”, fruto das “listas negras” patronais;

- Um segundo grupo inclui três experiências cuja origem explica-se por ações visando combater o “desemprego estrutural”, duas delas por mediação da Igreja popular;

- Um terceiro grupo é formado por quatro experiências surgidas da ampliação e sustentação do movimento de bairros.

- O quarto e o quinto grupos são formados por uma experiência cada. Uma que nasceu para responder aos desafios da formação técnica e político sindical dos trabalhadores; outra que surgiu como desafio de uma proposta autogestionária como demonstrativo da capacidade dos trabalhadores gerirem a produção.

A proposta autogestionária está presente em todos os grupos, deixando de lado a idéia de que estas experiências surgiram apenas devido ao “desemprego sindical”. Apenas duas das experiências surgiram antes de 1980. As demais foram criadas principalmente a partir de 1982 e 1983. Essas experiências da década de 80 naufragaram por muitas razões: não ter apoio de um sindicalismo já estruturado; dificuldades de financiamento; dependência da solidariedade mundial (ONGs, Igrejas, etc.); falta de experiência dos militantes; e, enfim, a grave crise econômica caracterizada por uma alta taxa de desemprego.

Podemos acrescentar às dificuldades, a discussão com vários grupos de esquerda, que apenas viam nas experiências um reformismo diante do desemprego e, a incapacidade das experiências de se articularem entre elas, horizontalmente, e de fundar uma federação nacional, verticalmente.

#### *Frente à exclusão social neoliberal (anos 90)*

Na década de 90, a política neoliberal com seus efeitos de exclusão e desemprego tecnológico, marca uma nova onda de iniciativas de empresas autogeridas e cooperativas de vários tipos. A fundação da ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão — 1993), que reúne trabalhadores para “trocar experiências, pensar e construir alternativas para viabilizar saídas mais gerais, avançando no sentido da construção do que hoje já é realidade: gerir empresas de maneira autogestionária ou cogestionária”, responde a um movimento real na sociedade: trabalhadores que assumiram empresas em falência. Algumas experiências da década de 80 continuam presentes na nova etapa deste experimento social.

As atividades em torno da autogestão originaram uma série de debates. O 3º Congresso da CNM (1995) incluía a questão da autogestão:

“Considerando:

a) que nos últimos anos várias empresas têm sido desativadas, em decorrência da reestruturação industrial ou simplesmente fechadas por falência, em função da política econômica adotada pelos últimos governos;

b) que tem sido colocada como alternativa para os trabalhadores destas empresas a possibilidade de assumi-las no sistema de autogestão, como aconteceu com a Facit S. A. Máquinas de Escritório, em Juiz de Fora (MG), que pertencia anteriormente ao Grupo Sharp;

c) que a discussão de como se deve dar o relacionamento entre direção da empresa e trabalhadores, empresa e sindicato, ainda não aconteceu no movimento sindical cutista,

O 3º Congresso da CNM/ CUT decide: que a direção executiva, eleita neste Congresso, promova em 1996, um seminário sobre o sistema de autogestão, a partir das

experiências vividas pelos trabalhadores.”

Em 1996, a CUT promoveu um seminário nacional de “Empresas autogestionárias, cooperativas e estratégia da CUT”. Surge um dado importante: os sindicatos dos trabalhadores são responsáveis por 54,3% das iniciativas em curso.

O PACS (Instituto Políticas Alternativas Cone Sul) junto com outras entidades articulou o 1º Seminário sobre Autogestão, realizado em agosto de 1993, em Criciúma (SC). Em outubro 1994, em Porto Alegre, foi realizado o seminário “Autogestão: realização de um sonho”, contando com experiências de empresas da Espanha, Uruguai e outros países. A UNITRABALHO, a partir das experiências em curso, constituiu um grupo sobre “economia solidária e autogestão”, coordenado por Paul Singer.

Diversas instâncias da CUT iniciaram um trabalho de “formação profissional” numa concepção ampla da questão do desemprego e da ação sindical. Já tínhamos feito referência ao Projeto INTEGRAR da CNM-CUT que vem se tornando referência nacional a partir da experiência iniciada em 1996 no estado de São Paulo. As discussões sobre alternativas de geração de emprego e renda têm levado quase que de imediato ao tema da autogestão, da co-gestão e do cooperativismo. Muitos debates foram realizados com os trabalhadores desempregados sobre esses temas. São as chamadas “oficinas pedagógicas ou culturais”: debates feitos à noite em diversas localidades com intelectuais que estão trabalhando o tema da economia solidária/ popular. Por exemplo, com os metalúrgicos tivemos debates vários com Paul Singer, Ladislaw Dawbor, Marcos Arruda, Aloísio Mercadante, assessores da ANTEAG (Aparecido Faria, Marilena Nakano). Assim, seguem os rumos de outros países da América Latina e Central, como o Chile, onde desde os anos 80 existem experiências similares e, uma produção intensa sobre economia solidária e organização da economia popular. Essas experiências se desenvolveram também na Nicarágua, após a derrota sandinista e a implantação de políticas neoliberais.

Em seu 3º Congresso Nacional (1995) a CNM-CUT, definiu suas diretrizes para o trabalho de formação profissional: “A CUT e as suas entidades, ao lado do empenho na luta pela democratização política, econômica e social do país e das relações entre capital e trabalho, têm procurado ampliar suas possibilidades de interferir e participar de forma ativa no debate e em negociações acerca de temas de interesse nacional, dentre os quais aqueles relativos à reestruturação produtiva e tecnológica, às políticas públicas que incidem sobre o emprego e a distribuição de renda, à promoção da qualidade de vida e da cidadania.”

Com esta perspectiva, a CNM-CUT vem desenvolvendo em várias localidades do estado de São Paulo, um programa de capacitação profissional. Os resultados já obtidos permitem desenvolver dois objetivos específicos a nível nacional:

1. Programas de formação e requalificação profissional para trabalhadores em empresas dos sub-setores e do ramo metal-mecânico, para capacitá-los a participar e projetar programas de formação negociados entre sindicatos e empresas;

2. Desenvolver e implantar, em âmbito nacional, o Projeto INTEGRAR com o Programa de Formação e Requalificação Profissional da CNM-CUT, visando a reinserção de trabalhadores sem emprego no mercado de trabalho e preparação para integrar e gerir projetos de geração de emprego e renda.

Em 1997, passou a tomar corpo a extensão do programa paulista a outros estados (RS, RJ, SC, PA, etc.), articulando, no conjunto do Projeto INTEGRAR, a ação sindical dos trabalhadores nas empresas através das comissões de fábrica e a ação a nível de poder local-cidades dos trabalhadores desempregados em torno de políticas públicas, na

perspectiva de construção de uma rede produtiva de economia solidária.

### *Rumo à economia solidária*

O Projeto INTEGRAR-SP abrange 23 núcleos de trabalhadores desempregados em 19 cidades. Desde outubro de 1996 se iniciou o debate sobre geração de emprego e renda, que rapidamente tomou para si o tema da economia solidária e autogestionária. Diversas oficinas de debates foram realizadas em várias cidades.

Estas atividades permitiram um acúmulo que levou a um seminário em agosto de 1997. Entretanto, fora do horário dos cursos, durante o mês de julho, em todos os núcleos ocorreram oficinas pedagógicas e/ ou reuniões sobre temas correlatos à economia solidária. Foi um momento de preparação para elaborar as propostas de alternativas de trabalho, debatidas depois no seminário de 1º agosto. Assinalamos a realização de 30 oficinas pedagógicas, divididas entre debates temáticos e visitas a experiências de autogestão e cooperativismo, no campo e na cidade. Junto aos professores do programa (dois por cidade) desenvolvemos um programa de formação em torno da autogestão. Alguns núcleos se articularam para elaborar as propostas, como foi o caso daqueles que ficam no ABC (Santo André, São Bernardo Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá e Ribeirão Pires) que apresentaram uma proposta conjunta. Ao todo, cerca de dez propostas chegaram ao seminário de agosto. Foram apresentadas pelos trabalhadores e comentadas por Paulo Singer, Aloísio Mercadante, Marilena Nakano e Marcos Arruda.

Em seu IV Congresso (1998), a CNM as incorporaria aprofundando a questão do cooperativismo e da autogestão. Em suas Resoluções, no título "Cooperativas", encontramos os seguintes argumentos e decisões:

“Considerando:

a) que o cooperativismo surgiu inspirado em princípios classistas em 1843, na Inglaterra, quando a indústria de lã prosperava e os trabalhadores - reivindicando melhoria das condições de trabalho e salário - resolveram criar seus próprios meios de ação mediante o auxílio mútuo e solidariedade, concretizado pela abertura de um armazém cooperativo e, tornando-se dessa forma, embriões da futura organização sindical;

b) que a concepção e filosofia do verdadeiro cooperativismo, adotam como princípios a livre adesão; a gestão democrática; a distribuição equitativa das sobras líquidas; o capital apenas como fator de produção; o estímulo à educação e, finalmente, a ativa cooperação e solidariedade em plano local, nacional e internacional entre os cooperados;

c) que o movimento sindical combativo de países como a Itália e a Espanha (País Basco), mantém vigoroso trabalho de organização cooperativa como instrumento de luta da classe trabalhadora e de disputa de hegemonia frente às próprias concepções básicas do capitalismo, sendo que na Itália essas organizações prosseguem em atividade desde a fase histórica do “cooperativismo vermelho” dos tempos de Antônio Gramsci;

d) que a cooperação embora já exista desde longa data, adquiriu nos dias de hoje uma dimensão mundial, existindo milhares de sociedades cooperativas reunindo milhões de associados de acordo com a multiplicidade dos meios e das atividades humanas;

e) que no Brasil, o cooperativismo tem-se expandido intensamente, sobretudo em decorrência da globalização econômico-financeira; do processo de reestruturação produtiva e como forma de defesa à aplicação da política neoliberal;

f) que essa expansão precisa ser estimulada e valorizada em termos estratégicos pela

CUT, inclusive pelo fato de as cooperativas de trabalhadores representarem uma forma concreta de organizar a produção e distribuição de bens em oposição aos fundamentos da economia capitalista, apoiada na exploração da mais-valia e maximização do lucro burguês;

g) que cresce na classe trabalhadora, após a queda do muro de Berlim, o consenso de que a economia socialista pela qual lutamos não deve ser concebida exclusivamente como produção estatal e centralmente planejada, havendo necessidade de se articularem outras modalidades de organização produtiva, entre as quais as cooperativas ocupam lugar destacado;

h) que os trabalhadores no Brasil, dentro da concepção de que “deviam assumir a propriedade social dos meios de produção através do coletivo dos trabalhadores”, criaram a ANTEAG e que hoje existem inúmeras empresas que estão sendo gerenciadas pelos trabalhadores, numa perspectiva de encontrarem uma solução para o problema do trabalho e da renda, experiências essas que têm sido objeto de avaliações e reflexões por parte de inúmeros seminários e encontros, inclusive muitos deles realizados pela própria CUT, sendo que a CNM/ CUT possui convênio de intercâmbio com o movimento sindical canadense a esse respeito.

[Segue uma crítica às cooperativas-gato, surgidas de alteração no artigo 442 da CLT.]

[...] A CNM decide, então:

1. Propor às instâncias gerais da CUT a abertura imediata de um amplo processo de discussão, cursos, seminários e deliberações visando a formulação de propostas estratégicas de desenvolvimento das cooperativas como instrumentos de organização, produção e de luta da classe trabalhadora brasileira:

2. Reforçar, intensificar e ampliar os programas de intercâmbio e de cooperação já em andamento com as centrais sindicais combativas de outros países (CGIL, CISL, CCOO, etc.) visando a assegurar a apropriação pela CUT da experiência secular que os trabalhadores desses países já acumularam sobre o tema, tanto em seus aspectos técnicos como políticos e organizativos;

3. Construir os meios necessários para combater, alterar ou extinguir a redação do Artigo 442;

4. Integrar-se as ações que a CUT vem realizando, sobretudo junto ao seu Conselho Jurídico e ao Congresso Nacional, visando promover alterações ou revogação do artigo 442;

5. Propor e lutar pela criação de mecanismos de proteção social, no âmbito do cooperativismo;

6. Aprofundar o debate e a divulgação de propostas na área do cooperativismo e autogestão, através de seminários e publicações;

7. Intensificar a formação dos trabalhadores cooperados, objetivando mudar as suas práticas culturais numa perspectiva de conquista da cidadania e de envolvimento dos sindicatos no trabalho de requalificação da mão-de-obra;

8. Firmar convênios de cooperação técnica, visando a obter a assessoria necessária à implementação dessa resolução;

9. A formação de cooperativas deve passar por processo de discussão e negociação dentro dos sindicatos e instâncias gerais da CUT, a título de se garantir que tais organizações representem efetivamente os interesses dos trabalhadores.”

Posteriormente, a CNM definiria o tipo de organização de trabalho associativo: as USP (Unidades Solidárias de Produção).

### *Sindicalismo e cidades sem cidadãos*

Em algumas cidades, como é o caso de Matão (SP), os trabalhadores desempregados criaram um Centro de Referência do Trabalhador, articulado com a sociedade civil local. Em seguida, concretizaram a proposta de fundação de uma cooperativa de produção.

As atividades políticas dos núcleos permitem uma série de “alianças” com o poder a nível local. Este aspecto tem levado a discussão de um outro tema: a gestão do espaço das cidades, o poder local. Em Santo André, por exemplo, os núcleos de trabalhadores desempregados participam da assembleia do orçamento participativo, tendo inclusive eleito um delegado.

Esta prática social leva-nos à discussão do chamado “sindicato cidadão”, ou seja, como o sindicalismo pode ampliar seu mandato enquanto representante dos trabalhadores, mas, sobretudo como movimento social que diz respeito à cidadania ativa, articulando-se com vários segmentos da sociedade. Na verdade, trata-se de ampliar os direitos de cidadania através da participação direta dos trabalhadores, seja no campo das cidades seja nos locais de trabalho. Se temos cidade sem cidadãos, também temos fábricas sem cidadãos. Em ambos espaços, os interesses privados se sobrepõem aos interesses coletivos. A construção de uma esfera pública comunitária (não-estatal) abrange tanto a ação citada nas cidades quanto nos locais de trabalho.

Nesta perspectiva, o programa INTEGRAR define o seu eixo de ação como sendo a “ação sindical sobre o emprego, o trabalho e a educação do trabalhador, em dois âmbitos principais:

- 1) o do mundo do trabalho/ local de trabalho;
- 2) o campo do Estado/ nação (políticas públicas, cidadania), concretizando-se em iniciativas de contratação coletiva (na empresa, na categoria de ramo), da produção de políticas públicas; do desenvolvimento de experiências concretas de gestão/ intervenção no espaço da cidade”.

### *Sindicalismo e hegemonia*

Frente aos desafios atuais, o sindicalismo deve mudar, sobretudo, deve aliar-se com forças da sociedade civil, e, frente ao processo em curso de “globalização” construir novos laços de solidariedade. Pode ser um terreno novo para o sindicalismo, implicando uma verdadeira “revolução cultural”; implica abandonar uma certa concepção de representação e contratação determinantes quando seu objetivo principal era conquistar o monopólio da contratação nas empresas. Como construir uma contratação coletiva que também assuma os interesses de setores da população e de trabalhadores excluídos, em diversos campos: moradia, seguridade social, renda mínima, educação, menores, etc.

Essa revolução cultural envolve também as formas de organização do sindicalismo. Assim, um sindicato estruturado nas organizações verticais de ramo dificilmente poderá representar organicamente ou politicamente o mundo dos que estão no setor informal, no desemprego, dispersos pelo território. Isso exige um salto de qualidade enorme: considerar sua organização ao nível territorial. Articular a dimensão do território e a da organização interprofissional. Diríamos: articular o sindicato cidadão com o sindicato orgânico.

Em um sindicalismo de empresa, como quer o governo FHC, os direitos dos

trabalhadores filiados são mais fortes do que os daqueles que estão excluídos do processo de trabalho. Entretanto, a ação de um sindicato nacional abrange os interesses de muitos outros setores sociais, não só dos trabalhadores. O ponto central é o da representatividade do sindicato, construindo alianças com outros setores da sociedade para poder ser um agente privilegiado na formulação coletiva de um projeto alternativo. A questão fundamental é a de saber qual o universo que o sindicato deve representar.

Diante da miséria e do desemprego, o sindicato deve assumir um papel determinante frente ao Estado nacional, ao valorizar o trabalho, através de políticas de formação profissional, de novos direitos que permitam a qualificação do trabalho, da criação de novos trabalhos mesmo à margem da economia formal, ao controlar os processos de formação nas empresas, ao questionar o sistema de educação.

O sindicato precisa adotar uma estratégia para a criação de novos empregos. A transformação de uma economia de exclusão e informalização em uma economia solidária pode criar um número de empregos ricos e qualificados. Recuperação do território e do meio ambiente, reciclagem de lixo, serviços às pessoas, formação permanente, etc. Criação de comunidades cooperativas para a ajuda mútua entre os trabalhadores. É a nova fronteira de emprego. Contudo, não nascerá espontaneamente, nem de políticas das multinacionais; surgirá da sociedade civil. Portanto, precisa do impulso de políticas públicas, da comunidade, e sobretudo do sindicato, para poder transformar-se em uma nova forma de economia e ter espaço de mercado.

Combater a hegemonia do individualismo selvagem implica construir uma cultura solidária, abrir-se, portanto, a um conjunto de novos sujeitos até então estranhos à cultura sindical. Esta abertura traz o confronto com culturas que não faziam parte do sindicalismo, mas que trazem novos valores e horizontes. Esta nova solidariedade porta novos valores para o sindicalismo, uma nova ética para configurar a identidade do sindicalismo do século XXI.

Estas perspectivas alinham-se no horizonte das decisões políticas tomadas no CONCURTO (1997) sobre Estratégia (Resistência Propositiva e Disputa de Hegemonia):

“Diferentemente da luta contra a ditadura, que contrapunha de um lado, o autoritarismo subserviente aos interesses estrangeiros dos militares e seus aliados civis, e do outro, os setores democráticos da sociedade brasileira — hoje, a luta contra o neoliberalismo não possui contornos tão nítidos assim. Antes, a palavra de ordem era apenas a resistência, e a luta sindical era antes de tudo uma luta democrática. Agora, é preciso prosseguir na resistência, mas apresentando claramente as nossas propostas de classe, e contrapondo-as às propostas das elites brasileiras [...]. No Brasil de 1977, as classes dominantes procuram reformar por dentro o modelo econômico, mudando para radicalizar a exploração capitalista. [...] As classes dominantes colocam-se como arautos da modernidade para promover uma volta ao passado, particularmente tentando retirar as conquistas sociais do pós-guerra. É mais uma modernização conservadora e limitada impulsionada pelas elites brasileiras. Contra essa onda reacionária, é preciso resistir, repudiando o modelo anterior e apontando para um modelo diferente, comprometido com a democracia, liberdade, solidariedade, justiça social e com os interesses e necessidades da maioria da população. Isso exige dos trabalhadores e dos setores democráticos da sociedade a elaboração e apresentação de alternativas, como um conjunto de propostas, tratando de política industrial, política agrária e agrícola, além de políticas voltadas para a cidadania, priorizando emprego, educação e formação profissional. [...]. Tais propostas exigem uma elaboração coletiva, articulada e amplamente discutida junto às bases. O movimento

sindical é importantíssimo no processo, mas não pode elaborar sozinho para depois convocar os demais setores, esperando uma pronta adesão”.

No ponto sobre “Autonomia, independência e aliança com o movimento popular”, destaca-se:

“A conjuntura atual, aponta para a necessidade de uma maior articulação das organizações populares da chamada sociedade civil, cabendo à CUT um papel de destaque. Isto exige da Central o estabelecimento de prioridades no campo da relação com as organizações da sociedade civil, como CNBB, CPT, MST, ABI, OAB, UNE, organizações não governamentais e partidos políticos, e organizações de base do movimento popular. esse é o sentido da proposta de chamar uma conferência pelo emprego, pela terra e pela cidadania, e da articulação de uma Frente Popular pela Cidadania. No campo do território e das cidades, do espaço do homem, desde a década de 80 a esquerda do campo democrático-popular tem acumulado uma ampla experiência de gestão das cidades. A questão do orçamento participativo e da “cidade constituinte” (Porto Alegre) tornou-se parâmetro de democracia direta e participativa. Esta perspectiva abre um amplo horizonte para um novo sindicalismo articulado a nível territorial com a sociedade civil”.

A mesma perspectiva está presente no documento do texto-base para o 4º Congresso da CNM (1998):

“Contrapor a lógica da 'parceria', com a lógica da ampliação dos espaços de conflito, objetivando como saldo o acúmulo da consciência do conjunto dos trabalhadores [...] Além disso, combater o individualismo inerente à disputa do mercado globalizado e da política neoliberal, com a prática de solidariedade entre os trabalhadores de uma mesma fábrica, de fábricas de um mesmo grupo empresarial, entre os trabalhadores de fábricas concorrentes, entre os trabalhadores de cidades, de blocos econômicos e de países diferentes”.

Possivelmente, na prática autogestionária no Brasil, a perspectiva da gestão do espaço social, tenha uma conotação tão fundamental quanto a da gestão das empresas, diferentemente da Europa, em que a autogestão esteve mais articulada às lutas nos locais de trabalho, via conselhos ou comissões de trabalhadores.

Essa perspectiva de gestão do espaço social torna cada vez mais vigente a contribuição de Milton Santos, tanto para questão das cidades quanto para a da economia solidária, da qual foi pioneiro com a obra sobre *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana* (1979).

#### *Atualidade da autogestão social*

Robert Kurz, analisando as possibilidades de superação da economia capitalista assinala aspectos atuais sobre o nosso tema. O texto de Kurz intitula-se de “Existe vida após a economia de mercado?”. Vejamos alguns elementos de sua análise.

Debatendo com um tipo de esquerda aferrada ao Estado e/ ou o mercado, Kurz pergunta: “Quais reproduções poderiam, em princípio, ser organizadas como autônomas, não mais mediadas pelo dinheiro? Duas idéias básicas talvez sirvam de ponto de partida. Primeiro: se o mercado apoderou-se apenas progressivamente, num processo histórico, de todas as mediações sociais, então algumas destas articulações lhe podem ser atualmente retiradas, sem que as pessoas simplesmente se furem à sociabilidade. Segundo, a mudança tem de iniciar na esfera individual e ser tangível praticamente no dia-a-dia. Um exemplo aleatório: uma comunidade de compras que elimina as etapas do comércio intermediário (e

pode respeitar melhor que o indivíduo a qualidade sensível e ecológica) é um pequeno passo de desvinculação em face da lógica ubíqua do dinheiro”. André Gorz sugeriu algo semelhante para esferas como a educação infantil e o cuidado de idosos, além da produção de alimentos, consertos, atividades culturais, etc. A auto-administração e o auto-abastecimento não pautados pela forma-mercadoria seria o princípio diretor.

Kurz aponta “novas formas de sociabilidade” e suas perspectivas: “grupos de ajuda mútua, comunidades de moradia, iniciativas civis, grupos de bairro, sociedades e meios culturais etc. Se nessas formas já existentes a individualidade for respeitada e não surgir nenhum terror psicológico, elas podem tornar-se uma alternativa tanto à tutela burocrática do Estado quanto à solidão lupina do dinheiro. É necessário mobilizar estas formas e infundi-las de crítica social, talvez forçando-as a abandonar seu caráter de hobby ou passatempo e organizando-as como verdadeiras esferas reprodutivas, fora da lógica do dinheiro”.

A tese de Kurz aponta para a possibilidade de um novo modo de regulação social, sem base na forma-mercadoria. Aborda um ponto crucial: “as atividades autônomas, não pautadas pela forma-mercadoria, não podem ter lugar no vácuo. São precisos recursos: terra, edifícios, escritórios, oficinas, jardins, meios de produção e comunicação etc. Estes precisam ser exigidos do Estado e do mercado. Tais exigências tornam-se tanto mais plausíveis quanto menos o sistema produtor de mercadorias é capaz de administrar sensatamente os recursos e quanto mais intactos e improdutivos se acham os meios essenciais à vida, só porque não satisfazem ao fetiche da rentabilidade. Para dar “início ao fim” da lógica monetária caberia ainda, ao lado dos recursos materiais, exigir até mesmo dinheiro do Estado — para investimentos que servirão de impulso às atividades autônomas (o que seria algo fundamentalmente diverso do modelo subvencionista)”.

Conclui Kurz, “tudo isso mostra que o deserto da sociedade de mercado total ainda não está inteiramente morto. Formas de vida alternativa, iniciativas de desempregados e subsistência dissidente estão em alta em toda a Europa. Nelas, somam-se experiências de que a teoria pode lançar mãos. Basta vincular tais esforços à análise da crise, ao debate sobre a redução da jornada de trabalho e à crítica básica da produção mercantil, para assim chegar a um novo programa integrado de crítica social radical”.

Portanto, salvo engano ou malandragem da dialética, podemos afirmar que o discurso de Kurz trata de problemas que não estão em alta apenas na Europa.

#### *Autogestão e movimento operário (do ludismo à autogestão)*

Para o movimento operário-sindical as condições e a organização do trabalho são objetos de reivindicações a curto e médio prazos: contratos coletivos, convenções, etc. Contudo, a longo prazo são objetos de sonhos e utopias dos trabalhadores: a autogestão, a propriedade social dos meios de produção. Podemos assinalar a epopéia da classe operária da trajetória do ludismo, quando os operários quebravam as máquinas que provocavam desemprego, (refletindo uma consciência de antagonismo em relação as máquinas), até a autogestão (refletindo a consciência de que o trabalho é riqueza acumulada pela humanidade), em que os meios de produção são socializados através da gestão pelos próprios produtores.

Com o processo em curso de desemprego estrutural e exclusão social, no qual milhões de trabalhadores foram jogados fora das fábricas, o que poderia ser um “novo ludismo”? O que pode ser uma “nova autogestão”? Se nos primórdios da revolução

industrial os trabalhadores quebravam máquinas que provocavam o desemprego, hoje o que lhes restar para quebrar?

Sem dúvidas, estes desempregados encontram-se nas ruas, praças, etc. Então, lhes resta quebrar as cidades, ruas, praças — O que tem ocorrido em cidades como Los Angeles, e na periferia de Paris? Entretanto, na perspectiva que caracterizou a consciência da autogestão, não lhes ficaria a tomada de consciência de que as ruas, praças, cidades são produto do seu trabalho? Como diria Rousseau: “As casas formam uma zona urbana, porém são os cidadãos que fazem a cidade”. O espaço é uma das dimensões materiais fundamentais da sociedade e, as cidades são produzidas pela ação humana e, neste sentido, a cidade deve ser uma entidade política autogerida pelos cidadãos.

Boaventura Santos afirma que “a cidadania no espaço da produção econômica convoca de novo as comissões de trabalhadores a um papel mais central, a uma relação mais equilibrada entre sindicatos e comissões de trabalhadores e, sobretudo, a que uns e outros estejam mais dependentes do universo dos trabalhadores na produção [...] A cidadania fora do espaço da produção convoca o movimento sindical a articular-se com outros movimentos sociais progressistas: movimentos de consumidores, ecológicos, antiracistas, feministas, etc.” Enfim, uma articulação da consciência operária com a consciência cidadã.

Como aquela consciência caracterizou a autogestão da produção, essa caracterizaria a gestão da cidade. Quais seus instrumentos de democracia direta? Orçamento participativo, processo constituinte da cidade, e outras formas do próprio movimento social.

Esta linha de desenvolvimento dos movimentos sociais recupera a reflexão de Manuel Castells e Milton Santos sobre o “espaço técnico informacional” (deste período de capitalismo mundializado) em relação às cidades. Castells apontava três objetivos dos movimentos sociais urbanos:

- 1) conquistar, para os cidadãos, uma cidade organizada em torno a seu valor de uso. Denomina de “sindicalismo de consumo coletivo”;
- 2) busca da identidade cultural a este movimento que chamava de “comunidade”;
- 3) busca de um poder crescente para o governo local, a descentralização dos bairros e a autogestão urbana, em contradição com o Estado centralizador e uma administração territorial subordinada. Chamava-o de “movimento cidadão”.

Portanto, em contraposição à “cidade selvagem” do capitalismo informacional, a cidade como valor de uso; a cidade como redes de comunicação; a cidade como entidade política livre e autogerida.

Castells afirma que “à tendência para o centralismo estatal e a dominação do estado sobre a cidade opõe-se em todo o mundo um chamado popular e massivo em prol da autonomia local e da autogestão urbana. A revitalização da democracia depende da capacidade de estabelecer uma ponte entre as novas reivindicações, os novos valores e projetos, e as instituições que dirigem a sociedade (isto é, o Estado), baseando-se na crescente penetração destes por parte da sociedade civil, e começando ali onde o povo pode participar de uma maneira mais ativa na tomada de decisões: nas instituições comunitárias do governo local, que estejam descentralizadas como é possível nos conselhos de bairro, sistema iniciado há 20 anos em Bolonha. Entre o Estado e seu indiferenciado *hinterland*, por uma parte, e a reivindicação de uma reserva urbana, por outra, parece surgir um novo projeto de autogestão capaz de reconstruir as relações entre Estado e a cidade com relação a sua própria base popular mútua”.

## *O “Municipalismo libertário”*

“A era moderna caracteriza-se pela urbanização, degradação do conceito de cidade (civitas, corpo político de cidadãos livres) em urbe (conjunto de edifícios, praças, isto é, o fato físico da cidade).”

Bookchin

Uma das principais contribuições para o debate sobre autogestão e cidades vem do anarquismo libertário, principalmente, da obra de Murray Bookchin, que desenvolveu diversas teses acerca da ação direta do cidadão na vida e na gestão da cidade.

Bookchin já tinha assinalado este deslocamento ou associação das lutas nas fábricas para os municípios. Bookchin critica a visão da autogestão centrada exclusivamente na economia, assim, afirma que a “autogestão, conceito fundamental a uma administração libertária da vida e da sociedade, foi preterida a favor de uma estratégia de gestão eficaz e rentável”.

A autogestão, “compreendida somente em termos econômicos, pode ocultar e diferir outras interpretações da palavra, nomeadamente aquelas que se prendiam com as idéias de federalismo municipal da sociedade medieval, das seções revolucionárias de 1793 e da Comuna de Paris”.

Bookchin associa diretamente autogestão, sindicalismo e tecnologia: “Mas, para já, é cada vez mais evidente que hoje, quando falamos de autogestão, falamos, de uma forma ou de outra, de sindicalismo. Falamos de uma formação econômica que se relaciona com a organização do trabalho, o emprego dos materiais e das máquinas, bem como com a repartição social dos recursos materiais. Em suma, nós falamos das técnicas ou da tecnologia”.

Para Bookchin, “a idéia de autonomia, entendida enquanto forma de autogoverno, aplica-se à sociedade enquanto um todo, e não apenas à economia [...] a autogestão significa hoje, antes de mais, a gestão das aldeias, dos bairros e das cidades [...] Nas duas grandes revoluções que abriram a época moderna, a revolução francesa e a independência americana, nós assistimos ao emergir de uma autogestão popular, nas assembleias de cidadãos, de Boston a Charleston, e nas seções de bairro em Paris”.

Na visão libertária de Bookchin, “a fábrica como ‘reino da necessidade’ não pode ser o lugar da autogestão: “ela é uma escola de hierarquia, de autoridade e de submissão e não de emancipação”. Inspirado em Fourier, nosso autor conclama que “dada a situação da fábrica, é necessário, para ouvirmos os apelos da autogestão, irmos aos bairros e aos movimentos de moradores, aos movimentos feministas e ecológicos [...] a nova tecnologia pode ser o resultado de uma nova sensibilidade, de uma nova competência e de uma nova consciência”. Esta nova tecnologia (que chama de “tecnologia popular”), uma nova técnica, tem como fundamento que uma pequena cooperativa alimentar, um pomar comunitário, um pequeno moinho a vento, se podem ou não substituir, respectivamente, um supermercado, uma empresa agrícola industrial, uma central nuclear, não é a questão central. “O que importa é que estas cooperativas, estes pomares e estes moinhos são, de certo modo, o ressurgimento de uma capacidade de autodeterminação pessoal, inacessível às coisas maximizadas, e ainda ao ressurgimento de um sentimento de auto-competência, que em geral é negado ao cidadão comum”.

Nesta perspectiva, Bookchin construiu a idéia de “municipalismo libertário”, no qual, uma nova política implica a criação de uma esfera pública “de base” extremamente participativa, a nível da cidade, do campo, das aldeias e bairros. Seus fundamentos estão na

idéia helênica de autonomia, na idéia de “autogoverno”. Autonomia ligada a governo social e cidadão ativo, à sociedade e não apenas à economia.

O termo economia significava a gestão da casa (oikos) e não da sociedade, e era por isso tida como uma atividade inferior, ainda que necessária, à gestão e à participação na comunidades e na “polis”. “Exercer um poder social, e dessa forma adquirir uma individualidade (um eu), pressupunha uma certa forma de lazer e uma liberdade material, adquiridas através de uma boa gestão do meio [...] a noção de autogoverno implicava, desde logo, o reconhecimento da competência do indivíduo [...] a democracia na cidade estava assente sobre um princípio básico de que qualquer cidadão podia exercer o poder, visto que possuía uma competência pessoal e uma lealdade indiscutível. A educação política do cidadão era, por conseguinte, uma educação da competência pessoal, da inteligência e, sobretudo, da retidão cívica e moral. A chamada *ecclesia* ateniense, espécie de assembleia popular de cidadãos, que se reunia pelo menos quarenta vezes por ano, era então o terreno privilegiado para testar essa capacidade educativa. Mas a *ágora*, praça pública onde os atenienses tratavam de todos os seus problema, é que era, no fundo, a sua verdadeira escola”, conclui Bookchin.

“Mesmo que não exista na história, cidades que sejam modelo perfeito desse tipo de espaço público, porém, algumas cidades não eram predominantemente sociais (no sentido doméstico) nem estatais, mas, deram origem a um ordenamento social totalmente novo. Os casos mais marcantes foram os da antiga Hélade e das cidades comerciais e artesanais da Itália medieval e da Europa Central [...] O que deve ser realçado, como de importância vital, é o fato destas cidades terem criado a esfera pública. Na *ágora* das democracias gregas, no fórum da República Romana, no centro da cidade das comunas medievais, ou na *plaza* da cidade renascentista, os cidadãos podiam congregar-se. Surgiu uma área radicalmente nesta esfera pública — na área política — baseada em formas de democracia, limitada mas muitas vezes participada, e um novo conceito de personalidade cívica: o cidadão”. Bookchin enfatiza ainda a formação de caráter (a noção grega de *paideia*): “Era necessário um ideal de serviço público que contrabalançasse os impulsos mesquinhos e egoístas e desenvolvesse o ideal de interesse geral”.

Em suma, o municipalismo libertário visa “recuperar práticas e qualidades de cidadania por forma a que, homens e mulheres, possam responsabilizar-se coletivamente pelo governo das comunidades em que estão inseridos, de acordo com uma ética de partilha e cooperação, ao invés de dependerem de elites. Uma vez criadas democracias diretas, os municípios democratizados poderiam unir-se em confederações que, em última análise, constituiriam um desafio ao capitalismo e ao Estado-nação, conduzindo a uma sociedade libertária”.

“Se a maquinaria contribuiu para o processo de alienação do trabalho, foi sobretudo a racionalização sistemática do trabalho que demoliu a estrutura técnica das sociedades autogeridas. Para Bookchin, o artesanato assenta sobre a habilidade pessoal e um reduzido campo técnico. A habilidade é a sua base de existência real. Com efeito, o artesanato assenta sobre a mobilidade das tarefas, a variedade, a motivação pessoal e o empenhamento de todo o corpo [...] A premissa que dá origem ao artesanato é então a seguinte; uma virtuosidade pessoal que passa por um saber tão ético, espiritual e estético como técnico”.

Em sua avaliação do “mundo técnico informatizado”, Bookchin encontra-se com as idéias de Milton Santos: “a recente evolução tecnológica social e cultural e seu desenvolvimento futuro poderá alterar a tradicional estrutura de classes criada pela revolução industrial e permitir que, da redefinição do interesse geral daí resultante, possa

emergir novamente a palavra *povo* no vocabulário radical. Não como abstração obscurantista, mas como expressão de estratos desenraizados, fluídos e tecnologicamente deslocados, não integrados numa sociedade cibernética e automatizada”.

Para Bookchin, é uma obrigação tentar opor a esta evolução social estatizante a ação política municipal. Um olhar atento sobre a história nos mostra que “a revolução traduz-se sempre pelo aparecimento dum poder alternativo - sindicato, soviete, comuna - orientado contra o Estado”.

O pensamento de Bookchin não busca um retorno impossível a experiências do passado. “Não poderá, evidentemente, haver qualquer espécie de retorno a esses períodos. As suas limitações, de toda a ordem, são bem conhecidas. Mas as trocas materiais que contribuíram para o seu desaparecimento definitivo são, também elas, mais transitórias do que se pensa”. Podemos dizer que é um dos muitos membros da sensibilidade romântica socialista e anti-capitalista (Michael Löewy).

Também tem uma visão clara dos limites do municipalismo: “É óbvio que um município pode ser tão paroquial como uma tribo. Por isso, qualquer movimento municipal que não seja confederal — que não entre numa rede de obrigações mútuas com cidades e vilas da sua região — não pode ser considerado uma entidade política mais verdadeira do que um bairro que não funcione conjuntamente com outros bairros da cidade”.

Enfim, Bookchin vê na cidade, no bairro e no município os espaços potencializadores do autogoverno e da cidadania ativa. Como diria Éder Sader, são eles perdidos na história e que, sempre podem retornar como possibilidades concretas para reconstruir a história.

### *Autogestão e Sindicalismo*

A autogestão diz respeito à questão do controle e gestão do processo e da organização do trabalho. Através das OLT, os trabalhadores forjam seus instrumentos de auto-organização para dar vida às suas utopias. Assim, podemos falar de autogestão numa perspectiva de longo prazo, enquanto sociedade futura em que os produtores gerem a propriedade social e, de autogestão das lutas e organizações, enquanto resistência cotidiana à organização autoritária do trabalho.

Contudo, a autogestão não se opera apenas a nível da produção, mas no conjunto da vida social. Neste sentido, a perspectiva de uma economia solidária e de cooperativas de produção e consumo faz parte da cultura e da prática autogestionárias.

A cidadania dos trabalhadores passa necessariamente pela participação, controle e gestão do processo e organização do trabalho através dos instrumentos organizativos da própria classe trabalhadora nos locais de trabalho. Assim, autogestão e sindicalismo têm como ponta de partida o chão dos locais de trabalho e ponto de chegada o espaço público democrático das praças, ruas, bairros e cidades.

Essa lógica se expressou quando os operários no início de suas lutas saíam das fábricas e buscavam a praça para realizar a greve, ou seja, do chão da fábrica, dos espaços escuros, para a praça, o espaço público da cidadania. No Brasil, no início dos anos 80, esta mesma dinâmica marcou a luta dos trabalhadores do ABCD: saíram das fábricas e na Praça do Paço em São Bernardo, numa coreografia plástica especial, com os corpos tentaram escrever a palavra democracia, ficando a palavra incompleta devido a repressão. Contudo, expressando a situação da democracia no país: DEMOC...

Em 1997, com a ameaça de demissão massiva na metalurgia no ABC, outra vez os

trabalhadores ocuparam o mesmo Paço, contudo, desta vez a palavra escrita com o corpo dos próprios trabalhadores foi EMPREGO.

Autogestão e sindicalismo caminham em paralelo na história dos trabalhadores. A relação porta uma tensão, pois se o sindicalismo defende os interesses dos trabalhadores frente ao capital, a autogestão significa a gestão dos meios de produção pelos próprios trabalhadores. A autogestão da produção diz respeito à organização nos locais de trabalho, à resistência cotidiana dos trabalhadores, à organização burocrática do trabalho, à luta constante pelo controle do processo de trabalho. Portanto, também podemos falar de “práticas de autogestão”. Quando os trabalhadores desempregados organizam oficinas, cooperativas com base nos princípios do trabalho associado, também podemos falar de autogestão da produção.

Em suas lutas pela emancipação, os trabalhadores fundaram vários instrumentos de luta e organização: associações, cooperativas, sindicatos, partidos, seções sindicais, comitês, conselhos. Algumas delas, como sindicatos e partidos tornaram-se formas permanentes. Contudo, conselhos e comitês operários surgiram apenas em momentos críticos da história. A questão é saber se estas formas de luta são excludentes ou complementares. Um exame histórico aponta mais para o segundo caminho.

Por exemplo, a experiência mais recente de “autogestão das lutas”, foi o movimento dos conselhos operários autogestionários na Polônia, de 1980-81. O movimento dos conselhos surgiu em abril de 1981; por sua vez, o “sindicato cidadão” Solidarnosc (Solidariedade) foi fundado em agosto de 80, num amplo movimento de greves de massa em todo o país. Após sua fundação, o movimento pela autogestão caminhou junto com o sindicato, com muitas tensões. O movimento dos conselhos de trabalhadores surgiu quando o Solidarnosc tinha sido superado pelas lutas de massas, durante a crise revolucionária de abril 1981.

Na histórica assembléia dos conselhos de autogestão (Gdansk, 1981), quando da fundação da “Rede Autogestionária”, abarcando as 17 maiores empresas da Polônia, foi necessário convencer os sindicalistas de que o movimento autogestionário não tinha por objetivo substituir os sindicatos. Contudo, a “Rede” terminou ficando com um papel de órgão apenas consultivo do sindicato.

Na Iugoslávia, em 1950, no contexto da transição para sociedade autogestionária, ocorreu uma experiência piloto em mais de 200 empresas. Surgiram novas instituições, constituindo a “estrutura formal da empresa”: o coletivo de trabalhadores (assembléia), o conselho operário (eleito pelo coletivo), o conselho de direção (comissão de gestão) e, o diretor (eleito pelo conselho operário). Nos anos seguintes a autogestão se ampliou a outros domínios da sociedade.

Com as reformas de 1950-51, os sindicatos deixaram de ser “correias de transmissão” do poder estatal. O sistema de autogestão trouxe efeitos positivos para o sindicalismo, sobretudo no campo da autonomia de suas atividades. Com a criação dos órgãos de autogestão, os sindicatos perderam grande parte de suas funções tradicionais, dando origem ao debate sobre seu papel numa sociedade autogerida. No caso iugoslavo, destacaram-se como novas funções sindicais o funcionamento e desenvolvimento da autogestão. Nas empresas, o sindicato não decidia e não tinha responsabilidade sobre a gestão; contudo, destacava aspectos da gestão que escapavam ao conselho operário; a seção sindical lutava contra as tendências tecno-burocratizantes. O sindicato tinha papel fundamental na informação e formação dos trabalhadores.

No 2º Congresso dos conselhos de autogestão (1971), a maioria dos trabalhadores

admitiu que, na prática, pode haver conflitos grevistas entre trabalhadores e os órgãos de autogestão. Nestes casos, os trabalhadores devem decidir livremente; a greve era decidida pela assembléia de trabalhadores. Os sindicatos tentavam mediar os conflitos.

Portanto, a função gestora e a defesa dos interesses dos trabalhadores não podem se confundir, nem quando os trabalhadores são os seus próprios gestores. A existência de sindicatos independentes e autônomos continua a ser fundamental para assegurar que as instâncias de autogestão não sejam manipuladas e que os interesses dos trabalhadores sejam respeitados. Sindicatos e conselhos têm papéis diferentes: o da defesa dos trabalhadores e o da gestão da propriedade social. Existem dois circuitos (autogestão e sindical) que se baseiam no conjunto dos trabalhadores, embora de ângulos distintos. Estes dois circuitos formam uma unidade dialética.

O circuito autogestionário compreende o conjunto dos trabalhadores como proprietários, as instâncias de autogestão, as direções técnicas compostas por especialistas e o conjunto de trabalhadores enquanto funcionários. O circuito sindical compreende o conjunto dos funcionários enquanto membros dos sindicatos e das instâncias sindicais.

### *Autogestão e Socialismo*

O movimento histórico demonstra que a autogestão não é apenas um ideal, um objetivo, mas que tem uma experiência histórica real que é a própria existência das lutas operárias.

A idéia de autogestão tem uma longa história. Ela aparece nos socialistas utópicos (Owen, Fourier, Proudhon) sob a forma de uma mudança gradual e pacífica da sociedade capitalista, através da fundação de “livres associações de produtores”.

O movimento operário, desde a Revolução Francesa de 1793, se manifestou politicamente, em sua tendência espontânea, pela autogestão. Após inicialmente terem quebrado as máquinas, os trabalhadores evoluíram para idéia de usá-las por conta própria. Do ludismo à autogestão, eis a fórmula ideal para expressar esse processo.

Em 1848, os operários criaram cooperativas mutualistas para concorrer com o capital. Essa idéia foi abandonada. Em vez de produzir máquinas, tomá-las dos capitalistas! Essa idéia autogestionária foi aplicada na Comuna de Paris, quando, através dos “sindicatos” da época (câmaras sindicais), os trabalhadores geriram as fábricas abandonadas pelos patrões.

Desde então, a autogestão foi o traço principal da práxis operária em todas as revoluções socialistas. De certa forma, socialismo e autogestão são sinônimos. Há um “filo rosso” na evolução da história dos trabalhadores, enquanto existência real das lutas operárias. Portanto, da Comuna de Paris à Comuna de Gdansk, os trabalhadores fundaram, mais ou menos espontaneamente, órgãos de autogestão.

A origem do conceito de autogestão remonta à Alemanha do primeiro pós-guerra, quando do debate sobre o problema da “socialização da economia” e do papel dos conselhos operários, que surgiram em toda a Europa nesta época. Estes conselhos e a autogestão são formas distintas de nomear uma mesma coisa: a estruturação da sociedade em nova forma.

A autogestão surge como nova forma de gestão autônoma do conjunto social. Por conselho operário, entende-se o controle da gestão da fábrica, com a conquista do poder político. Esta definição inclui a dimensão histórica desse movimento, que evoca desde o soviete (conselho) de Petrogrado (1905) até o Solidarnosc (1980-81).

Porém, o controle operário não é a autogestão social. A visão dominante no “comunismo conselhistas” foi a da gestão das empresas. Contudo, autogestão significa um projeto global que abarca o econômico, o político e o cultural.

Uma tentativa de definição da autogestão, com base nas experiências dos movimentos históricos, na reflexão e ação de teóricos e organizações, o termo de autogestão implica um modo radicalmente novo de organização, não só da economia, mas também da educação e da política global. Em seu sentido mais geral, a autogestão é a estrutura básica da sociedade socialista, na economia, na política e na cultura. Em todos os domínios da vida pública a tomada de decisão está nas mãos dos conselhos de autogestão.

Autogestão significa uma revolução social integral e profunda, um processo histórico de longa duração. A partir dos anos 60, a palavra autogestão cobre um conjunto de práticas, teorias e de processos heterogêneos. Muitas expressões juntaram-se a palavra autogestão: “habitação autogerida”, “pedagogia autogestionária”, “autogestão das lutas”, “socialismo autogestionário”, etc.

A realização histórico-concreta da autogestão depende de um certo número de fatores, de características do país, da fábrica, do território em questão; entre eles, a demografia, a indústria, o nível de vida, a cultura e a história do país ou da região, o processo revolucionário, etc.

### *Autogestão na história*

Do programa de 13 pontos da Comuna de Paris até o programa da “República Autogestionária” de Solidarnosc, a classe operária deu vida a proclamação de K. Marx de que “a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.

Uma definição teórica da autogestão social seria incompleta se não vier acompanhada de referências históricas concretas. A história conhece várias tentativas de autogestão. De início, a experiência heróica da Comuna de Paris (1871). Os Sovietes de delegados operários e camponeses e soldados na Rússia de 1905 a 1917. Na Espanha, após 1936 tivemos práticas autogestionárias. A República Húngara dos conselhos operários, que existiu entre 1918 e 1919.

No período pós-guerra, na Iugoslávia em 1950 foi institucionalizado um sistema baseado na autogestão. Na Hungria e na Polônia, os conselhos operários surgiram na revolução de 1956. Solidarnosc foi o ponto alto destas lutas no Leste europeu. Na Checoslováquia em 1968, a Primavera de Praga, milhares de comitês de trabalhadores surgiram no processo de gestão das empresas. Na China, na revolução cultural, surgiu a Comuna de Shanghai. Em Portugal, com a revolução dos cravos floresceram as comissões de trabalhadores.

Na América Latina e na África, desde a instalação da República Libertária no México, em 1911, até as revoluções cubana (1959) e nicaraguense (1979), em vários momentos críticos da luta social, os trabalhadores e camponeses deram forma concreta a idéia da autogestão e do poder popular.

Em El Salvador, ocorreu em 1932 a revolta vermelha, uma insurreição camponesa dirigida pelo PC. Na Bolívia, com a revolução de 1952, os operários chegaram a estabelecer um “duplo poder”, tendo como polo revolucionário a COB. Em 1971, no governo Torres, a assembléia popular tinha um caráter de “soviete”. Desde as famosas teses de Pulacayo sobre o controle operário nas minas, a classe operária boliviana luta por sua aplicação.

Na Argélia, o sistema de autogestão dos trabalhadores foi implantado a partir de 1962, logo após a independência, nas chamadas “empresas vazias”, isto é, propriedades industriais, agrícolas e comerciais abandonadas pelos proprietários europeus.

No Peru, no governo Alvarado iniciado em 1968, houve uma espécie de “via peruana ao socialismo”, baseado na propriedade social dos meios de produção. A nova Lei das Indústrias fundou a primeira Comunidade do Trabalho: comunidade industrial gerida pelos trabalhadores com até 50% da propriedade; as cooperativas agro-industriais e as empresas autogestionárias de propriedade social, que serviam de suporte socio-econômico à participação social.

Na Argentina, o “Cordobazzo” em maio de 1968, como as greves de Contagem e Osasco no Brasil, apresentaram características de movimento operário baseado na ação direta, com ocupação das empresas a partir das comissões de fábrica. No Brasil, nos anos 1978, 79, 80 este processo foi ampliado e conduziu à fundação de um sindicalismo autônomo, classista e de base: a CUT.

No Chile do governo de “unidade popular” de Salvador Allende, durante a crise de outubro de 1972, surgiram diversas práticas de autogestão marcando um grande período de mobilizações de massa através dos chamados “cordões industriais”, sobretudo, nos principais centros industriais de Santiago, como órgãos do poder operário. Assembléias gerais agrupavam os trabalhadores de uma zona industrial, criando coordenações operárias locais e reagrupando os órgãos populares dos bairros vizinhos. O conjunto das atividades necessárias à manutenção da produção, distribuição e consumo e dos serviços de saúde é coordenado a nível superior pelos comandos comunais (comunas suburbanas, conselhos camponeses, centros de reforma agrária). Também surgiram as JAP (Juntas de Abastecimento e Preços) com o objetivo de gerir a distribuição, controlar os preços, lutar contra os atravessadores e o mercado paralelo — organizavam nos bairros as juntas de vizinhos, associações de jovens, pequenos comerciantes, clube de mães.

### *Uma revolução global*

Essa história põe a perspectiva da autogestão inscrita no real. A existência deste “fio condutor”, com avanços e recuos, na história dos trabalhadores de todo o mundo explicita o conteúdo do socialismo como sendo a autogestão social, baseada na mais ampla democracia e na hegemonia dos trabalhadores.

A 3ª revolução industrial em curso tem um caráter amplo: não é apenas uma revolução tecnológica, uma revolução dos meios de produção e da organização do trabalho, é igualmente uma revolução cultural e civilizatória. Sob esse ângulo de análise, as mutações em curso no mundo do trabalho, as novas possibilidades abertas com a revolução tecnológica e cultural, a crise social em todo o mundo capitalista e a derrota cultural e material do socialismo estatal abrem novas perspectivas para a reflexão socialista autogestionária sobre as possibilidades de construção da hegemonia do trabalho em torno de um projeto socialista que aponte perspectivas para alternativas à crise civilizatória em curso. Portanto, um novo modo de vida, uma revolução integral mais profunda e radical que todas as ocorridas até agora.

Ouçamos Mário Pedrosa, um dos primeiros a defender a autogestão no Brasil, um monumento da esquerda socialista e petista: “A crise atual é literalmente mundial. Para compreendê-la é preciso, primeiramente, que cada um se erga a uma consciência do mundo. A obra do mundo sobre o planeta está em pane. Consertá-la, salvá-la, só será possível desta

vez pelos grandes meios: uma revolução de ordem total, global, universal e radical. Radical porque descerá as raízes das coisas; universal, porque não poupará nenhum canto da terra; global, porque não será somente política ou social, mas científica, ecológica, ética. Ela deveria ser a última, porque, se não ocorrer, significará a abertura da crise em toda a sua potencialidade destrutora, cujas transformações sociais, políticas, físicas, ecológicas em seu seio, terminarão por levar a humanidade ao fundo do abismo” (*Crise e Revolução*, 1975).

### *Uma Bibliografia*

Uma bibliografia sobre autogestão encontra algumas dificuldades, como por exemplo:

- A dispersão de textos, não editados no mercado formal, mas textos de grupos políticos, coletivos, centros de formação. Geralmente, são cadernos, brochuras, dossiês, revistas. Apresentam periodicidade muito irregular.
- Pouco material fora de textos escritos
- Pouco material publicado no Brasil.

Tentaremos superar estes problemas através da indicação de textos editados em Portugal e alguns países da América Latina (em poucos casos citaremos obras em outros idiomas).

Por sua vez, o estudo de uma bibliografia sobre autogestão revela traços importantes sobre o destino da autogestão no país e no continente latino-americano, como também em Portugal. O campo editorial, de certa maneira, expressa a dialética da luta política de classes em certos períodos da história destes países. Vejamos:

No Brasil, salvo o jornal dirigido por Mário Pedrosa nos anos 40 (*Vanguarda Socialista*), a maioria dos textos são do período posterior às grandes greves de massa de 1978-79, com base nas comissões de fábrica, sentido de autonomia e independência de classe.

Um segundo período se abre na década de 80, com a crise no Leste, principalmente o Solidarnosc na Polónia, refletindo opções políticas principalmente no PT e na CUT. Vimos também as experiências das organizações de produção comunitária desta década.

Com a derrocada dos regimes do Leste e a hegemonia das políticas ultraconservadoras, abre-se um 3º período, iniciado na década de 90 e que vem tomando a forma do debate sobre a economia solidária.

Na Argentina, as publicações situam-se no horizonte dos anos 70, período pré-golpe de 1976. Vai desde o “Cordobazo” de 1968-69 até a época de Perón (1973-76), época das grandes lutas operárias em torno das comissões de fábrica.

Na Venezuela, a “Colección Autogestion” reflete o movimento independente dos trabalhadores na década de 70.

Em Portugal, as publicações expressam as políticas nascidas na dinâmica da “Revolução dos Cravos” (1974-75), quando surgiram as diversas comissões de trabalhadores nas indústrias.

As experiências que se destacam são:

Iugoslávia, Comuna de Paris, revolução na Argélia, revolução espanhola, lutas no Leste (Polónia, Checoslováquia, Hungria), soviets na URSS de 1919 a 1921, experiências na América Latina (Bolívia com a COB, anos 50 e a assembléia popular de 1971; Peru no governo Alvarado, anos 60-70; Argentina, lutas operárias, anos 70).

Destacam-se viagens a países como Iugoslávia (texto de Leôncio Basbaum e o de

Abraham Guillén). Pouca produção própria no Brasil, revelando a lacuna no campo da esquerda.

Revistas, cadernos e dossiês:

1. *Autogestão* 3 (1980). Textos sobre autonomia, conselhismo, autogestão. Publicação de um coletivo de São Paulo. O número 3 data de junho de 1980.
2. *Desvios*. Na linha da autonomia. Grupo encabeçado em São Paulo por Éder Sader. O número 2 traz artigos sobre os conselhos populares, lutas nas fábricas, PT e um famoso texto do argentino José Nun, “A rebelião do Coro”.
3. *Autonomia*. Órgão do CAPPs, São Paulo. Editada entre 1983 e 1985. Textos sobre autogestão na Polônia, socialismo autogestionário, anarquismo e autogestão.
4. *Por uma sociedade socialista autogestionária e não violenta*. Resoluções do 1º Congresso Nacional da FNT. Outubro de 1985.
5. *Socialismo autogestionário*. FNT-CEDAC, 1986. Textos sobre Rosa Luxemburgo, Lênin, a Comuna de Paris.
6. *Dossiê Autogestão*. Publicação do CPV-SP, 1984. Coletânea de textos sobre experiências de lutas autogestionárias no Brasil. Texto sobre “Autogestão e Sindicalismo” da CFDT; autogestão na Argélia, Iugoslávia, México, Bolívia; a propriedade social na China, os Kibutzes.
7. *A crise do socialismo*. CECA-INAP, 1990. Texto de Piragibe Castro Alves. Análise do socialismo real, origens e crise; a alternativa autogestionária.
8. *Um PT socialista e autogestionário*. 1986. Texto de coletivo de militantes petistas da Baixada Fluminense (São João de Meriti, Nova Iguaçu, Caxias, etc.).
9. *Alternativa Socialista*. Santa Catarina, 1991. Programa da tendência do mesmo nome - PT
10. *Cadernos*, da D.S., PT. Número 5 (A burocracia no movimento socialista). Textos de E. Mandel e P. Anderson.
11. Ernst Mandel. *Controle operário, conselhos operários, autogestão*. Volume 1 - Organização no local de trabalho, CPV-SP, 1988. Estudo sobre poder operário, autogestão, economia socialista e mercado.
12. Cláudio Nascimento. *Solidarnosc, 8 anos depois!*. CECA-CEDAC, 1989. Texto sobre oito anos de luta clandestina do Solidarnosc e sobre o papel das comissões de fábrica.
13. Marc Ferro. *Dos soviets à burocracia*. Tradução de Cláudio Nascimento. CECA-CEDAC, 1988. Análise da dinâmica interna e molecular da luta de classes na URSS pós-1917, destacando o processo de burocratização dos soviets, comissões de fábrica e de bairro.
14. José Ibrahim. *Comissões de fábrica*. Global editora, 1986.
15. Branko Horvart. *Socialismo autogestionário: origens e evolução*. CECA, 1990.
16. Cláudio Nascimento. *A questão do socialismo: da comuna de Paris à comuna de Gdansk*. CEDAC, 1986,
17. Maurice Joyeux. *Autogestão, gestão direta, gestão operária*. Novos Tempos, 1988.
18. Cláudio Nascimento. *Polônia 80: uma lição de socialismo*. CEDAC, 1980.
19. Lúcia Bruno. *O que é autonomia operária*. Brasiliense, 1985.
20. Fernando C. Prestes Motta. *Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon*. Brasiliense, 1981.
21. Maurício Tragtemberg. *Reflexões sobre o socialismo*. Editora Moderna, 1986.
22. *Participação e participações: ensaios sobre autogestão*. Editora Babel Cultural, 1987.

23. Isabel Maria Loureiro. *Vanguarda socialista (1945-1948): Um episódio de ecletismo na história do marxismo brasileiro* (mimeo). São Paulo, 1984. Análise do jornal publicado por Mário Pedrosa e que defendia a autogestão socialista, na perspectiva de Rosa Luxemburgo.
24. Gina G. Machado. *Vanguarda socialista: busca de um caminho independente* (mimeo). São Paulo, 1982. Traz uma análise do jornal de Mário Pedrosa.
25. Lia V. Tibiriçá. *Autogestão, disciplina no trabalho e o “direito à preguiça”*. PACS. Texto apresentado no Seminário de Autogestão, Criciúma, 9 a 11 setembro 1993.
26. Lis V. Tibiriçá. *Tecnologia e relações sociais de produção - alguns desafios da autogestão*. PACS, 1993.
27. Murray Bookchin. *Third Revolution*. Londres, Ed. Cassell, 1996, 1998 (terceiro volume para 1999).

### Vídeo

*A Comuna de Paris*. CEDAC, 1988. Análise da Comuna numa perspectiva autogestionária.

### Dicionários (verbetes)

1. N. Bobbio e N. Matteucci. *Dicionário de política*. Verbetes “autogestão”, “conselhos operários”. UNB, 1986
2. T. Bottomore, editor. *Dicionário do pensamento marxista*. Verbetes “autogestão”. Zahar, 1988.

### Livros

[Experiências históricas]

- Polônia

1. Cláudio Nascimento. *Rosa Luxemburgo e Solidarnosc*. Editora Loyola, 1988. Análise do movimento autogestionário polonês.
2. Rubem César Fernandes-Grazinia Drabik (orgs.). *Polônia, o partido, a igreja, o solidariedade*. Marco Zero, 1984. Textos dos movimentos e instituições poloneses, destaque para o programa do Solidariedade.

- Checoslováquia

1. Sônia Goldfeder. *A primavera de Praga*. Coleção “Tudo é história”, n. 26. Brasiliense, 1981. Análise da Primavera de Praga, incluindo o movimento Carta 77, com bibliografia resenhada.
2. Pierre Broué. *A primavera dos povos começa em Praga*. 1969. A melhor análise do movimento checo. Sobretudo por ser “em cima do ato”. Publicada na França.
3. Pavel Tigrid. *A primavera de Praga*. Análise numa ótica jornalística. Destacamos que não há, ainda, um trabalho que aborde a Primavera de Praga em sua dimensão autogestionária, da participação dos conselhos de trabalhadores, como, por exemplo: *La Revolution des conseils ouvriers*, de J. Pierre Faye e V. Claude Fissera. Paris, 1977.

- Iugoslávia

1. Bertino N. Queiroz. *A autogestão iugoslava*. Coleção “Tudo é História”, n. 54, Brasiliense, 1982. História da autogestão.
2. Leôncio Basbaum. *No estranho país dos iugoslavos*. Edaglit, 1962. Relato de viagem de um dirigente do PCB ao Leste da Europa.
3. *Programa da Liga Comunista*. Adotado no VII Congresso da LCY, aborda o sistema socialista iugoslavo.

4. Cláudio Nascimento. “Leste europeu: reforma ou revolução?” *Revista dos Metalúrgicos* 1 (1991).
5. Nanci Valadares de Carvalho. *Autogestão, o governo pela autonomia*. Brasiliense, 1983. - Espanha
1. Diego A. Santilan. *Organismo econômico da revolução*. Brasiliense, 1980. A autogestão na revolução espanhola. Análise da guerra civil enquanto revolução social com ênfase no movimento autogestionário. - Portugal
1. *Pelo socialismo autogestionário*. Coleção Sociedade Nova. Lisboa, 1979. Texto do movimento pela autogestão BASE-FUT, originado com as comissões de trabalhadores na “Revolução dos Cravos”. A obra expressa os debates da primeira Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário, realizada em 1978.
2. *Autogestão e sindicalismo*. Lisboa, Ed. Base-FUT, 1978. Proposições estratégicas da CFDT sobre a autogestão. Incluída no Dossiê organizado pelo CPV-SP sobre autogestão. - América Latina
1. Abraham Guillén. *Democracia directa: autogestion y socialismo*. Montevideu, Editorial Aconcagua, 1970. Ensaio sobre o cooperativismo no campo uruguaio. Estudo sobre a autogestão na Iugoslávia; autogestão e leis econômicas. Trabalho singular de um autor também singular sobre um tema pouco comum na América Latina. Guillén foi comissário de guerra durante a guerra civil espanhola de 1936-39, tomando parte nas mais importantes batalhas urbanas e rurais; publicou vários livros, principalmente sobre o imperialismo. Em termos de estratégia militar travou polêmicas com o próprio “Che” Guevara.
2. Abraham Guillén. *Socialismo de autogestion: de la utopia a la realidad*. Ed. Aconcagua, 1972. Estudo após uma viagem à Iugoslávia. Destaque para a questão do sindicalismo.
3. Ernst Mandel. *Control obrero, consejos obreros, autogestion*. México, Ed. ERA, 1974. Antologia de dois tipos de textos: teóricos e relatos de experiências revolucionárias, com destaque para as experiências do Canadá, EUA, China, Bolívia, Indonésia e Argentina. Textos cronológicos sobre a evolução dos conselhos operários. A introdução foi publicada em Cadernos do CPV-SP.
4. *Cuadernos de pasado y presente*. Entre mais de uma centena de números, destacamos o número 33, “Consejos Obreros y Democracia Socialista”. México, Siglo XXI, 1972.
5. *Collección autogestion*. Mais de uma dezena de números editados nos anos 70; autores como: Kardejl, Henri Lefèbre, G. Gurvitch, Yvon Bourdet, Ander-Egg. Caracas, El CID Editor.
6. *Materiales sociales*. “Democracia obrera y burocracia: veinte años de autogestion”. Buenos Aires, 1973. Textos de análise dos 20 anos de experiência iugoslava.
7. *Pasado y presente*. Número 2/ 3, nueva série. Córdoba, Editor José Arico, 1973. Destaque para o texto de José Nun, “Control obrero y organizacion”.
8. Anton Pannekoek. *Los consejos obreros*. Buenos Aires, Editorial Proyeccion, 1976. Principal obra do teórico holandês.
9. Ana Bocco. *Lozadur, un caso de autogestion en la Argentina*. Buenos Aires, Fundação Friederich Ebert, 1986. Estudo da experiência da empresa de cerâmica Lozadur, iniciada em 1985.
10. F. Guibal e A. Ibañez. *Mariátegui hoy*. Lima, TAREA, 1987. Textos sobre o primeiro marxista da América Latina, destacando a cultura autogestionária como o elemento de atualidade de Mariátegui.
11. Michael Löewy e Cláudio Nascimento. *Marxismo e socialismo na América Latina*.

CECA-CEDAC, 1989. Löewy destaca a importância do poder popular em Cuba e Nicarágua. Nascimento, por sua vez, traça elementos de afinidades entre Mariátegui, 'Che' Guevara e Carlos Fonseca Amador.

12. *Los Anarquistas y la Autogestion*. Anagrama, 1977. (tradução do número 18 de *Autogestion et Socialisme*. Paris, 1972).

13. *Los Anarquistas y los Soviets*. Cuadernos Anagrama, 1977. (tradução do número 19 de *Autogestion et Socialisme*. Paris, 1972).

14. Mercier Vega. *Azione diretta e autogestione operaia*. Ed. Antistato. 1979.

15. Antonio Negri. *La classe ouvrière contre l'Etat*. Editions galilée, 1978.

16. Michael Löewy. *Le marxisme en amerique latine: anthologie*. FM, 1980.

17. Mário Pedrosa. *Sobre o PT*. Ched., 1980.

18. Antônio A. Prado (org.). *Libertários no Brasil: memória, lutas e cultura*. Brasiliense, 1986.

19. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. (especialmente o trecho “O controle da fábrica: os anarquistas e a autogestão”). Paz e Terra, 1985.

20. Hélio Negro e Edgard Leuenröth. *O que é o Marxismo ou Bolchevismo: programa comunista*. São Paulo, 1919.

21. Fulvio Abramo e Dainis Karepovs (org.). *Na contracorrente da história: documentos da Liga Comunista Internacionalista, 1930-1933*. Brasiliense, 1987.

22. Edmundo Moniz. *A originalidade das revoluções*. Espaço e Tempo, 1987.

23. Daniel A. Reis Filho e Jair ferreira de Sá (org.). *Imagens da revolução*. Marco Zero, 1985. Documento político das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971.

24. Augusto de Franco. *Autonomia & partido revolucionário*. Ferramenta, 1985.

25. Éder Sader. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980*. Paz e Terra, 1988.

#### [Teoria]

1. Y. Bourdet e A. Guillerm. *Autogestão: uma mudança radical*. Zahar, 1976. Principal obra sobre a autogestão publicada no Brasil. Análise dos fundamentos teóricos da autogestão, sua relação com o marxismo, especialmente através de Rosa Luxemburgo e Anton Pannekoek. Traça a pré-história da autogestão e analisa sua primeira forma histórica na Comuna de Paris. Aborda as principais experiências no Leste (Iugoslávia, Checoslováquia) e na África (Argélia). Destacamos o estudo dos conselhos operários no período pós-revolução soviética e no pós-guerra no Leste. Finaliza com a perspectiva em torno da autogestão, da informática e da formação. Publicado na França em 1975, com o título *Clefs de la Autogestion*.

2. C. Castoriadis. *O Conteúdo do socialismo*. Brasiliense, 1984. Um dos principais textos de Castoriadis da fase de *Socialismo ou Barbárie*. Analisa a relação entre socialismo e autonomia, definindo o conteúdo do socialismo pela autogestão. Traz uma análise profunda da experiência húngara de 1956.

3. Cláudio Nascimento. *Movimento pela autogestão na Polônia*. Porto, Edição Base-Fut, 1983. Análise das várias correntes autogestionárias presentes no movimento social Solidarnosc. Traz vários documentos dos estatutos e objetivos dos conselhos operários.

4. M. Drulovic. *A autogestão à prova*. Lisboa, Seara Nova, 1976. Estudo aprofundado sobre a autogestão na Iugoslávia.

5. Daniel Chauvey. *O que é a autogestão*. Lisboa, Edições 70, 1975. Obra dividida em 2 partes: na primeira, examina as experiências de autogestão e co-gestão da Iugoslávia,

Checoslováquia e Alemanha, respectivamente. Na segunda, explica como poderia funcionar a autogestão em um país altamente desenvolvido.

6. Eduardo Kardelj. *As vias da democracia na sociedade socialista*. Lisboa, Europa-América, 1975. Obra do principal teórico da autogestão iugoslava em que analisa o sistema político da autogestão.

7. João Bernardo. *Para uma teoria do modo de produção comunista*. Lisboa, Afrontamento, 1975. Estudo sobre a lei do valor, a evolução do movimento operário: a Comuna, o lassalismo, a revolução soviética, a constituição da classe dos gestores tecnocratas, as lutas operárias contra o “capitalismo de Estado”; destaque especial para a análise da luta de classes na China maoísta.

8. Anton Pannekoek. *As tarefas dos conselhos operários*. Lisboa, Centelha, 1975. Coletânea de textos do teórico conselheiro holandês.

9. Anton Pannekoek. *Controle operário e socialismo*. Lisboa, Textos Exemplares, 1976. Textos variados, com destaque para o apêndice “Sindicatos, partido, conselhos e revolução”.

10. *Carta da organização socialista das empresas na Argélia*. Lisboa, edições BASE-FUT, 1977.

11. Jean-Luc Dallemagne. *Autogestão ou ditadura do proletariado*. Lisboa, Coleção Fermento, 1977. Visão crítica da autogestão.

12. *Autogestão: Iugoslávia-Cecoslovaquia*. Edições BASE-FUT, Lisboa, 1974.

13. *Autonomia Sindical*. Revista da BASE-FUT.

14. *Cooperativismo e socialismo*. Coimbra, Centelha, 1979. Textos de pensadores socialistas (Marx, Rosa Luxemburgo, Lênin, etc.).

15. João Carlos P. Bastos. *Cooperativas depois de abril, uma força dos trabalhadores*. Centelha, 1977.

16. Maurice Brinton. *Os Bolcheviques e o controle operário*. Afrontamento, 1977.

17. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. 3 volumes. Vários autores. Afrontamento, 1977.

18. *O povo em ação*. Edições Base. s.d. Greves e o 25 de abril.

19. "Autogestion y Socialismo". Revista, Castelote editor. Barcelon. Expressão espanhola da revista francesa "Autogestions et Socialisme". Foram publicados 3 números, de 1979 a 1979.

20. "Negaciones". Revista, Editorial ayuso, Madrid. Editor: F. Ariel del Val. Publicados 6 números entre 1976 e 1978.

[Economia solidária/ poder local/ cidades]

1. Luís Razeto Migliaro. *Economia de solidariedad y mercado democrático*. 2 volumes. Chile, PET, 1984-1985.

2. Luís Razeto. *Empresa de trabajadores y economia de mercado*. Santiago, PET, 1982. Estudo do fenômeno cooperativo.

3. Arno Klenner e Luís Razeto. *Manual del taller autogestionado*. Ediciones SUR, 1985.

4. Luís Razeto. *Economia popular de solidariedad*. Santiago, 1986.

5. Luís Razeto. *Los caminos de la economia de solidariedad*. Santiago, Vivarium, 1993.

6. Luís Razeto. *Las empresas alternativas*. PET, 1985.

7. Orlando Núñez Soto. *La economia popular, asociativa y autogestionaria*. Manáguá, CIPRES, 1996.

8. Luís Razeto. *Organizaciones económicas populares, mas allá de la subsistencia*. Ed. PET, 1985.

9. *Economia y Trabajo*. Revista do PET. 1993-1994.
10. Marcos Arruda. *Sócio-economia solidária: desenvolvimento de baixo para cima*. PACS-1998.
11. *Carta de Porto Alegre: encontro latino de cultura y socioeconomia solidárias*. 1998.
12. *Sobrevivência e cidadania: projetos alternativos comunitários da Caritas brasileira*. UNB, 1995.
13. *Las economias populares: América Latina-Europa*. CEDAL, Comunicando n. 24, 1993.
14. José L. Coraggio. *Economia urbana (a perspectiva popular)*. Quito, Propuestas, 1998.
15. Orlando Nuñez Soto. *El manifiesto asociativo y autogestionário*. Manágua, 1998.
16. “Mutirão e autogestão em São Paulo: uma experiência de construção de casas populares” *POLIS* 4 (1991).

[Obras de/ sobre Milton Santos]

1. Milton Santos. *A estrutura do espaço, técnica e tempo: razão e emoção*. Hucitec, 1996
2. Milton Santos. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. Hucitec, 1994.
3. Milton Santos. *Pensando o espaço do homem*. Hucitec, 1997.
4. Milton Santos. *O espaço do cidadão*. Nobel, 1987.
5. Milton Santos. *Metamorfoses do espaço habitado*. Hucitec, 1991.
6. Milton Santos. *Pobreza Urbana*. Hucitec, 1979.
7. Milton Santos. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana*. Editora F. Alves, 1979.
8. Milton Santos. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. Nobel, 1990.
9. Ana Fani A. Carlos (org.). *Ensaio de geografia contemporânea* (obra revisitada). Milton Santos. Hucitec, 1996.
10. Milton Santos. *Por uma economia política da cidade*. Hucitec - EDUC, 1994.
11. Maria Adélia A. de Souza (org.) *O mundo do cidadão: um cidadão do mundo*. Hucitec, 1996. (Obra coletiva sobre M. Santos).

[Cidades e Poder Local]

1. *Território, globalização e fragmentação*. Hucitec – Anpur, 1996. Obra coletiva.
2. Luiz C. de Queiroz Ribeiro e Orlando A. dos Santos Júnior (org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Civ. Brasileira, 1994.
3. Tânia (org.) *Gestão Contemporânea: cidades estratégicas e organizações locais*. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
4. Erminia Maricato. *Metrópole na periferia do capitalismo*. Hucitec, 1996.
5. A. Jacinto Rodrigues. *Urbanismo y revolucion*. H. Blumes ed., 1979.
6. Manuel Castells. *La question urbaine*. FM/ Fondations, 1981.
7. Mário Pedrosa. *Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília*. Ed. Perspectiva, 1981.
8. Richard M. Morse. *La investigacion urbana latino-americana: tendencias y planteos*. SIAP, 1971.
9. Yvon Bourdet. *L'espace de l'autogestion: le capital, la capitale*. Éditions Galilée. 1978.
10. Roland Corbisier. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. ISEB, 1960.
11. José Luís Romero. *Latinoamerica: las ciudades y las ideas*. Siglo Veintiuno Editores, 1976.

12. Jean Lojkin. *Le marxisme, l'état et la question urbaine*. PUF, 1977.
13. Angel Rama. *A Cidade das letras*. Brasiliense, 1985.
14. Lewis Mumford. *A cultura das cidades*. Itatiaia, 1961.
15. *La cité à travers l'histoire*. Esprit/ Seuil, 1964.
16. Paul Singer. "Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo". *Revista 17 72* (1994). "Proposta" – FASE.
18. Ladislaw Dawbor. *O que é poder local?*. Brasiliense, 1994.
19. L. Dawbor. *A reprodução social*. Vozes, 1998.
20. L. Dawbor e Silvio C. Bava. "Políticas municipais de emprego" *POLIS 25* (1996).
21. *Autogestão, emprego e renda*. ANTEAG, 1995.
22. *Autogest - A Revista da Autogestão 1* (1997). ANTEAG.
23. José Luis Coraggio. *Ciudades sin rumbo: investigación urbana y proyecto popular*. SIAP.
24. José Luís Coraggio. *Del sector informal a la economía popular*. Fronesis, 1992.
25. Armando M. Lisboa. *Economia popular* (mimeo). 1997.
26. Cláudio Nascimento. *Sindicalismo cidadão e formação para cidadania*. Programa Formação Integral - Caderno Educação e Sindicalismo. CUT, 1998.
27. Marcos Arruda. *Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa*. PACS, 1996.
28. Augusto de Franco. *Brasil, futuro do presente: projeto estratégico alternativo*. FASE, 1994.
29. *Projetos estratégicos alternativos para o Brasil*. FASE-FUJB, 1995. Conferência do RJ.
30. "Experiências de gestão cultural democrática" *POLIS 12* (1993).
31. "A cidade faz a sua constituição" *POLIS 10* (1993).
32. "Participação popular nos governos locais" *POLIS 14* (1994).
33. "O Futuro das Cidades" *POLIS 16* (1994).
34. "Projeto cultural para um Governo Sustentável" *POLIS 17* (1994).
35. "Dossiê Cidades" *Novos Estudos CEBRAP 45* (1996).
36. José Arocena. *El desarrollo local: un desafío contemporaneo*. Nueva Sociedad, 1995.
37. Manuel Castells. *La ciudad y las masas*. Alianza U. Textos, 1986.
38. M. Castells. *Cidade, democracia e socialismo*. Paz e Terra, 1980.
39. Henri Lefèbvre. *O direito à cidade*. Ed. Documentos, 1969.
40. H. Lefèbvre. *O pensamento marxista e a cidade*. Ulisseia, 1972.
41. Ira Katznelson. *Marxism And City*. Oxford, C. Press, 1993.
42. Reginaldo Forti (org.). *Marxismo e urbanismo capitalista*. Ed. Ciências Humanas, 1979. Textos críticos.
43. Vários autores. *Política municipal*. Fundação Wilson Pinheiro/ Mercado Aberto, 1985.
44. Caio Prado Jr. *A cidade de São Paulo - geografia e história*. Brasiliense, 1983.
45. Elimar P. Nascimento e Irllys A. F. Barreira (org.). *Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem*. Notria Ed., 1993.
46. *RUA*. Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP. Vários números.
47. Ilse Scherer-Warren. *Redes de movimentos sociais*. Loyola, 1993.
48. B. Schmidt e R. Farret. *A questão urbana*. J. Zahar Ed., 1986.
49. Tarso Genro. *Socialismo e novo modo de vida* (mimeo).
50. Tarso Genro. *Governo local e luta de classes* (mimeo). 1996.

51. Tarso Genro. *Pensando globalmente, agindo localmente* (mimeo).
52. Tarso Genro. *O novo espaço público: 21 teses para a criação de uma política democrática e socialista*. Caderno “MAIS”. FSP, 09 de junho de 1996.
53. “Vanguarda de uma nova cidadania”. Caderno “MAIS”. FSP, 24 de agosto de 1997.
54. *Porto Alegre, tecnópolis: projeto tecnópolis à domicílio*. Porto Alegre, julho 1996.
55. José L. Coraggio. *Economia popular y políticas sociales: el papel de las ONGD* (mimeo). 1994.
56. Pedro Cláudio Cunha B. Cunha. *Reflexão acerca da construção de uma plataforma de economia popular e solidária* (mimeo). 1997.
57. T. Genro e Ubiratan de Souza. *Orçamento participativo: a experiência de Porto Alegre*. Fundação P. Abramo, 1997.
58. “O modo petista de governar” *Cadernos de Teoria & Debate* 1992.
59. Ivo Lesbaupin (org.). *Prefeituras do povo e para o povo*. Loyola, 1996.
60. Plínio Arruda Sampaio. *Construindo o poder popular*. EP, 1982.
61. “Poder local” *Espaco & Debates* 24 (1988).
62. *ONGs e poder Local*. ETAPAS, 1993.
63. *Brasil: alternativas e protagonistas*. (2ª semana social brasileira). CNBB, 1994.
64. José Paulo Teixeira. *Os donos da cidade*. Ed. Insular, 1996.
65. Murray Bookchin. “Para um novo municipalismo”, “Autogestão e tecnologias alternativas”, “Municipalismo libertário”, “Política radical numa era de capitalismo avançado”. In: *Textos Dispersos*. Lisboa, Ed. Socius, 1998.
66. J. Martinez Alier. *Da economia ecológica ao ecologismo popular*. Ed. FURB, Blumenau, 1998.
67. *El buen gobierno local: experiencias en América Latina*. Instituto del CONURBANO. Argentina, UNGS, 1998.
68. Manfred Max-Neef. *Desarrollo a escala humana*. Montevideu, Ed. Nordau/Comunidad, 1993.
69. Enrique Del Rio. *Apuntes metodológicos y reflexiones sobre experiencias de desarrollo local*. Madri, 1998 .
70. Emir Sader, César Benjamin, etc. *A opção brasileira*. Ed. Contraponto, 1998.
71. Ana Ameli da Silva. “Reforma urbana e o direito a cidade” *POLIS* 1 (1991).
72. Ana Luíza S. Souto Ferreira. “Lajes: um jeito de governar” *POLIS* 5 (1991).
73. “Ambiente urbano e qualidade de vida” (edição especial ECO-92) *POLIS* 3 (1991).

[Comissões de Fábrica]

1. Iram J. Rodrigues. *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*. Cortez-Fase, 1990.
2. José Henrique de Faria. *Comissões de Fábrica*. Ed. Criar, 1987.
3. “Organização sindical nos locais de trabalho”. *Proposta* 50 (1991).
4. Amneris Maroni, Vera S. Teles, Carlucio Castanha. *Sobre a organização nos locais de trabalho: coletânea 1, debates sobre o movimento operário*. Reconstrução, s.d..
5. *Comissão de fábrica*. Dossiê CPV. 1984.
6. “Comissões de fábrica”. *Proposta* 40 (1989).
7. Ameneris Maroni. *Estratégia da Resistência*. Brasiliense, 1982.

[Outras Indicações]

1. *Autogestion et Socialisme*. Principal revista sobre autogestão; o primeiro número data de 1966, indo até os inícios dos anos 80, com cerca de 40 números publicados. A revista traz

análise das principais experiências autogestionárias, estudos teóricos e práticos, história crítica das primeiras tentativas de autogestão, debates e seminários, resenha de livros. Publicou vários números especiais: Comuna de Paris, Primavera de Praga, bolchevismo, anarquistas.

2. Eric Hobsbawm (org.). *História do Marxismo*. Paz e Terra. Coleção de 12 números. Encontram-se vários textos sobre autogestão e conselhos operários.

3. Cláudio Nascimento. *Leste: a dialética da revolução passiva*. (mimeo). INCA. Análise do processo político no Leste sob a ótica das várias experiências dos conselhos de trabalhadores; aborda o longo período de 1945 a 1989, com destaque para as revoluções na Hungria e Polônia em 1956, a Primavera de Praga em 1968-69 e o movimento Solidarnosc em 1980-81.

4. Cláudio Nascimento. *Recursos de hegemonia cultural: uma constelação romântica socialista no Brasil*. (mimeo). INCA. Estudo sobre um filão socialista brasileiro de crítica social da modernidade. Nesta sensibilidade romântica, um elemento presente é o da autogestão socialista. Análise abordando, sobretudo, a obra de Mário Pedrosa; além de Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Cândido, Paulo Emílio, Mário de Andrade.

5. João Bernardo. *A economia dos conflitos sociais*. Cortez Editora, 1991. Estudo sobre as formas de luta e organização baseadas na autonomia e autogestão dos trabalhadores. Análise do Estado ampliado e das formas do marxismo ortodoxo e heterodoxo.

6. *Utopie critique, revue internationale pour l'autogestion*. Paris, Éditions Syllepse. Até 1997, um total de 9 números editados; o primeiro data de 1993. Trata-se de uma retomada, com um comitê diretor ampliado sobretudo por militantes da LCR (grupo de Ernst Mandel), da revista *Autogestion et Socialisme*.

7. Petr Uhl. *O Projeto da Autogestão Socialista* (mimeo).. CEDAC. Tradução da obra *Le Socialisme Emprisonné* (Paris, Editions Stock-La Breché, 1979). Introdução de Cláudio Nascimento.

8. Hannah Arendt. *Da Revolução*. Brasília, Ed. Ática - UNB, 1988. Sobre o capítulo sobre os conselhos operários, “A tradição revolucionária e seu tesouro perdido”.

9. Roberto Massari. *Teorias de la autogestion*. Bilbao, Editorial Zero, 1975. Análise da evolução da teoria autogestionária e das diversas experiências dos conselhos operários. Tradução do italiano.

10. Editado por Horvart, M. Markovic e Rudi Supek. *Self-Governing Socialism: A Reader*. (2 volumes). New York, IASP, 1975.

11. *Sindacato e Autogestione*. Roma, Fondazione Pietro Seveso. Edizioni Lavoro, 1978. Debate sobre as experiências italianas.

12. Daniel Mothé. *L'autogestion gouthé a gouthé*. Editions du Centurion, 1980.

13. Alain Guillermin. *L'autogestion généralisée*. C. Bourgois Éditeur, 1979.

14. *Oggi l'autogestione: forme ed. esperienze di cooperazione industriale in Itália*. Edizioni Lavoro, 1980.

15. Raymond Williams. *Resources of Hope*. Verso, 1989.

16. E. P. Thompson. *Costumbres en común*. Crítica, 1995.

17. Raya Dunayevskaya. *Rosa Luxemburgo, la liberacion feminina y la filosofia marxista de la revolucion*. FCE, 1985.

18. Raya Dunayevskaya. *Marxismo e libertá*. La Nuova Itália, 1962.

19. C. L. R. James. *State, Capitalism and World Revolution*. Facing Reality Books, 1969.

20. F. Guattari e Toni Negri. *Os novos espaços de liberdade*. Centelha, 1987.

21. E. P. Thompson. *Tradicion, revulta y consciência de clase*. Ed. Crítica, 1979.

22. *Processo de trabalho e estratégias de classe*. Zahar, 1982.
23. David Montgomery. *Worker's Control in America*. Cambridge University, 1979.
24. Cláudio Nascimento. *Estratégia para uma alternativa socialista autogestionária* (mimeo). CEDAC, 1985.
25. *Internacional Situacionista: antologia*. Lisboa, Ed. Antíфона, 1997.